“ISSO É UMA EMERGÊNCIA!”: PANORAMA DA MOBILIZAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB) PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19¹

MARLISE ROSA²

UFRJ/MUSEU NACIONAL, BRASIL
<https://orcid.org/0000-0002-2530-0881>

RESUMO: *O artigo apresenta um panorama da mobilização desencadeada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 durante o ano de 2020. As ações tiveram início em março de 2020, com o cancelamento do Acampamento Terra Livre (ATL) presencial, que deu lugar a um evento online e conduziu à organização da Assembleia Nacional da Resistência Indígena, à instituição do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, ao desenvolvimento do Plano Emergência Indígena e à mobilização internacional Maracá – Emergência Indígena. Este texto possui caráter analítico-descritivo, visando, sobretudo, sistematizar a documentação disponível e historiar as ações de enfrentamento à pandemia. O material aqui reunido permite-nos refletir sobre a etnopolítica indígena diante da especificidade de uma pandemia e de um governo anti-indígena, mas também a partir de uma nova geração de lideranças com participação expressiva de mulheres e jovens com formação universitária, que trazem uma nova configuração para o movimento indígena, marcada pela diferenciação das maneiras de se relacionar com os poderes constituídos e com o racismo institucional e estrutural que permeia a sociedade brasileira.*

PALAVRAS-CHAVE: *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, enfrentamento da Covid-19, mobilização indígena.*

ABSTRACT: *The article presents a view of mobilization triggered by the Articulation of the Indigenous People in Brazil (Apib) for the Covid-19 pandemic confrontation during the year 2020. The actions started in March 2020, with the cancellation of the face-to-face event Camp Free Earth, which gave place to an online event and led to the organization of the National Council of the Indigenous Resistance, the institution of the National Committee for Indigenous Life and Memory, the development of the Indigenous Emergency Plan and the International Mobilization of Maracá - Indigenous Emergency. This text has an analytical-descriptive character, aiming above all to systematize the available documentation and to record the pandemic confrontation actions. The material gathered here allows us to reflect on indigenous ethnopolitics due to the specificity of a pandemic confrontation and of an anti-indigenous government, but also from a new generation of leaders with expressive participation of women and young people with university degree education, which bring a new configuration to the indigenous movement, marked by the differentiation of ways of relating to constituted powers and to institutional and structural racism, which permeates the Brazilian society.*

KEYWORDS: *Articulation of the Indigenous People in Brazil, fight against Covid-19, indigenous mobilization.*

¹ A pesquisa que resultou neste texto contou com apoio financeiro do Projeto "Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Perspectivas Históricas, Socioculturais e Políticas", cujo componente relacionado à COVID-19 nos povos indígenas no Brasil foi coordenado por Ricardo Ventura Santos e Ana Lucia Pontes (Wellcome Trust, 203486/Z/16/Z). Agradeço à Ana Lúcia Pontes, Daniela Fernandes Alarcon e Ricardo Ventura Santos pelas valiosas contribuições para a elaboração do texto.

² Doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). E-mail: marlise.mrosa@gmail.com.

Introdução

Este capítulo apresenta um panorama da mobilização desencadeada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 durante o ano de 2020. As ações tiveram início em março, com o cancelamento do Acampamento Terra Livre (ATL) presencial, que deu lugar a um evento *online* e conduziu à organização da Assembleia Nacional da Resistência Indígena, à instituição do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, ao desenvolvimento do Plano Emergência Indígena e à mobilização internacional Maracá – Emergência Indígena.

O texto está organizado em quatro seções. Na primeira, apresento uma cronologia comentada das principais ações realizadas pela Apib desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, em março de 2020, até dezembro do mesmo ano. Na seguinte, discuto de maneira mais aprofundada o ATL e a Assembleia Nacional da Resistência Indígena, apresentando as narrativas sobre Covid-19 e povos indígenas que emergiram em ambos os eventos.

Na seção três, por sua vez, focalizo as ações desenvolvidas a partir da assembleia e o plano de enfrentamento à pandemia entre os povos indígenas elaborado pelo governo federal, como resultado da decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709. O plano do governo é aqui entendido como uma repercussão das ações do movimento indígena. Nessa seção ainda, examino brevemente os planos regionais construídos pelas organizações que integram a Apib. Na última seção, por fim, apresento uma análise detalhada do Plano Emergência Indígena, elaborado pela Apib e por parceiros.

Este texto, de caráter analítico-descritivo, visa, sobretudo, sistematizar a documentação disponível e historiar as ações de enfrentamento à pandemia. Antes de avançar, é importante indicar alguns autores que nos oferecem percursos teóricos para melhor compreendermos a atuação do movimento indígena na atual conjuntura, bem como formularmos algumas hipóteses.

Com base em Ferreira (2017), estabeleço uma distinção entre estudos do “político”, em referência à análise das atividades do Estado, e da “política”, enquanto pluralidade de formas históricas. Nesse sentido, a política conduzida pela Apib é aqui entendida a partir do conceito de etnopolítica, ou seja, a atividade política de grupos étnicos, com referências a sua história, organização social e cultura. A etnopolítica, deve-se enfatizar, não implica a substituição de sistemas “tradicionais” por formas “modernas” de organização política, “mas uma permanente criação prática, surgindo em resposta à situação histórica colonial e às assimetrias econômicas, sociais e de poder” (FERREIRA, 2017:218).

Como adverte o autor, a etnopolítica abrange o estudo da micropolítica, da infrapolítica e do nível local da política dentro do sistema mundial – micropolítica, no sentido das relações de poder internas às instituições e aos grupos sociais, e infrapolítica, enquanto resistência prática e simbólica desses grupos às estruturas de poder.

O texto foi construído a partir de dados secundários, como vídeos, notas e documentos produzidos pela Apib, de modo que não se contempla, ao menos neste primeiro momento, a dimensão da micropolítica na atuação da organização no contexto da pandemia. O material aqui reunido, portanto, embora seja condicionado por essa micropolítica, possibilita-nos uma análise da dimensão infrapolítica, ou seja, das estratégias de resistência em face da omissão e inadequação das respostas do Estado no contexto da pandemia.

Como sabemos, a Apib consiste na terceira organização indígena de caráter nacional na história do Brasil. Tanto a União das Nações Indígenas (UNI ou Unind) como o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), que a antecederam, visavam, de acordo com Ferreira (2017), a centralização do poder organizacional e do poder decisório. A Apib, em contraste, embora seja composta por lideranças que integravam o Capoib e guarde com essa entidade algumas linhas de continuidade, pauta-se na centralização organizacional combinada à descentralização do poder decisório, buscando, assim, conjugar pautas comuns sem perder de vista a diversidade sociocultural e geográfica que compõe a realidade dos povos indígenas no Brasil, expressa, inclusive, em distintas formas de atuação política.

Ao que parece, essa proposta de descentralização política admite também a diversificação do quadro executivo da organização, composta, hoje, por lideranças pertencentes a povos de diferentes regiões do país. Entendo, ainda, que isso tem contribuído diretamente para a adesão das entidades de base às medidas propostas pela Apib, possibilitando uma atuação articulada nos níveis local, regional e nacional.

Uma análise da micropolítica desse processo, obviamente, revelaria a existência de disputas e tensões internas quanto à tomada de decisões, porém, sem que se tenha causado até hoje clivagens a exemplo do que aconteceu com o Capoib no contexto das comemorações e protestos que marcaram os 500 anos do “descobrimento”, em 2000 (FERREIRA, 2008; PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Esse ciclo recente da etnopolítica indígena incorpora uma geração de jovens lideranças³, forjadas a partir das conquistas do movimento indígena, particularmente do avanço na garantia de direitos. São advogados, antropólogos, enfermeiros, médicos, professores, que ingressaram na universidade, como bem lembra Antonio Carlos de Souza Lima, “não porque queriam se tornar cidadãos de classe média, mas porque queriam obter conhecimento para intervir”⁴. Esse novo perfil das lideranças talvez tenha contribuído para a unificação de pautas do movimento indígena, mas com diversificação das frentes de atuação.

³ Pacheco de Oliveira (2016), ao falar sobre as assembleias indígenas realizadas nas décadas de 1970 e 1980, chama atenção para o fato de que a expressão “liderança indígena”, enquanto categoria unificadora, nunca chegou a ter uma definição, sendo atribuída indistintamente a quaisquer participantes que se expressassem publicamente, fossem eles chefes gerais de áreas indígenas ou indígenas escolarizados, com capacidade de se expressar em português.

⁴ Comentário proferido durante a mesa Medidas jurídicas e legislativas para garantia de direitos dos povos indígenas no enfrentamento ao Covid-19, realizada em 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/784167431991022/>. Acesso em: 2 set. 2020.

Conforme Amado e Ribeiro (2020), atualmente, o movimento indígena tem buscado diferentes formas estratégicas de articulação, com maior número de lideranças se filiando a partidos políticos para participar das disputas eleitorais, com a criação de novas associações e entidades de atuação defensiva e na busca por direitos, e por meio do estabelecimento de alianças com segmentos da classe trabalhadora. Em função das políticas de acesso ao ensino superior, tem se aprofundado a formação de acadêmicos indígenas, que, por sua vez, formulam “novas narrativas e perspectivas no âmbito da produção de conhecimento científico segundo sua visão de mundo” (AMADO E RIBEIRO, 2020:339). Esse conhecimento é reivindicado como igualmente legítimo para a produção de outras epistemologias, como uma forma específica de saber demarcada pelas relações de dominação.

A etnopolítica indígena que observamos hoje, como se nota, é marcada pela diferenciação das maneiras de se relacionar com os poderes constituídos e com o racismo institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019) que permeia a sociedade brasileira. Tanto a elaboração do Plano Emergência Indígena como a ADPF nº 709 são exemplos disso. Há um questionamento da interpretação jurídica e política de que “o reconhecimento de uma coletividade como indígena passa pelo seu encapsulamento em um território específico, controlado e regulado diretamente pelo Estado” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016:284), quando, por exemplo, ela traz à tona, com veemência, a pauta dos indígenas em contextos urbanos. Assunto ao qual, deve-se notar, nem mesmo a antropologia praticada no Brasil, ciência informada eticamente pelo compromisso com os direitos dos povos indígenas, tem dado a devida atenção.

Do mesmo modo, ao questionar a inexistência de marcadores étnico-raciais nas informações estatísticas sobre a Covid-19 e a subnotificação dos dados oficiais, o movimento indígena denuncia a “descaracterização étnica” (SILVA, 2013) dessas pessoas e, conseqüentemente, sua invisibilidade estatística e legal perante o Estado. A subnotificação dos dados oficiais no que toca à população indígena, de acordo com Amado e Ribeiro (2020:337), atingiu “o patamar de uma escalada genocida silenciosa”, que, além de ocultar a real situação de contaminação entre os povos indígenas, esconde a entrada agressiva de invasores nas terras indígenas (TIs), facilitada pela própria ação estatal.

A descaracterização étnica, como demonstra Silva (2013), também ocorre no sistema penal brasileiro, quando indígenas são aprisionados e classificados, geralmente, como pardos. A situação dos indígenas encarcerados é uma pauta recente no movimento indígena, que, pela primeira vez, ganhou destaque no ATL. Além das pautas históricas referentes à questão territorial, ao acesso à saúde e à educação, o movimento indígena também tem, conforme demonstra o ATL 2020, discutido outras demandas, como, por exemplo, os direitos das mulheres, dos jovens e dos indígenas LGBTQi+.

O material reunido neste texto, portanto, permite-nos refletir sobre a etnopolítica indígena diante da especificidade de uma pandemia e de um governo anti-indígena, mas também em face de uma nova geração de

lideranças, com participação expressiva de mulheres e jovens com formação universitária, que trazem uma nova configuração para o movimento indígena. Como afirmam Amado e Ribeiro (2020), trata-se de um projeto de autonomia, em que os indígenas pleiteiam ocupar espaços na política e na academia, a contrapelo da ideologia dominante, que os qualifica como intelectualmente, moralmente e socioeconomicamente incapazes e dependentes, sob o pervasivo paradigma da tutela e do “desenvolvimento”.

A pandemia e as respostas da Apib

Em 11 de março de 2020, quando a OMS declarou que enfrentávamos uma pandemia de Covid-19, o Ministério da Saúde (MS) informava a existência, no Brasil, de 52 casos confirmados, 907 casos suspeitos e 935 descartados. Naquele momento, embora Luiz Henrique Mandetta, à época ministro da Saúde, afirmasse que a declaração de pandemia de Covid-19 em nada mudava a situação em nosso país (BRASIL, 2020), a Apib decidiu cancelar a realização presencial do 16º ATL, que ocorre anualmente no mês de abril, em Brasília (DF). Em 2020, o evento teria lugar entre os dias 27 e 30, com previsão de levar cerca de cinco mil lideranças indígenas à capital federal. Em nota divulgada em 12 de março, a Apib informou que, tendo em vista as recomendações da OMS e os decretos do governo do Distrito Federal para evitar aglomerações, adiaria a realização do ATL, marcando uma nova data tão logo a disseminação do vírus estivesse controlada.

No documento, a Apib destacava “a necessidade de ampliar o serviço de saúde pública e a garantia dos subsistemas de saúde indígena, por meio da SESAI [Secretaria Especial de Saúde Indígena] e Distritos Sanitários Especiais Indígenas [DSEIs], com condições adequadas de assistência de saúde aos povos indígenas” (APIB, 2020a). A organização ressaltava o risco de etnocídio e genocídio que pandemias representam especialmente para os povos isolados e de recente contato, difundia medidas preventivas apresentadas pelas instituições de saúde e, também, descrevia os sintomas da doença.

A partir dali, a Apib deu início a uma série de ações, em várias frentes, para o enfrentamento da Covid-19 entre os povos indígenas. Em 13 de março, iniciou a elaboração de informativos sobre a doença⁵; no dia 20, por meio de nota, exigiu que o governo federal elaborasse um plano de prevenção e de atendimento para evitar a propagação do vírus nos territórios indígenas. Já no dia 22, lançou uma campanha de arrecadação de recursos para a aquisição de alimentos, remédios e materiais de higiene para as aldeias⁶; no dia 25, solicitou ao STF a suspensão do

⁵ Informativos de conteúdo sobre a Covid-19 elaborados, inicialmente, a partir de materiais produzidos pelo Projeto Xingu (<https://projetoXingu.unifesp.br/index.php/ambulatorio-do-indio/pix/covid-19>).

⁶ O Instituto Socioambiental (ISA), na página COVID-19 e os Povos Indígenas, apresenta um banco de dados reunindo até o fechamento deste texto 75 iniciativas voltadas à arrecadação *online* de recursos organizadas por coletividades indígenas, quilombolas, e outros povos e comunidades tradicionais (<https://covid19.socioambiental.org/banco-de-iniciativas>).

Parecer nº 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) e de todas as reintegrações de posse em face de povos indígenas no Brasil enquanto perdurasse a pandemia. Esse parecer – publicado durante o governo de Michel Temer e referido pelo movimento indígena como “Parecer antidemarcação” ou “Parecer do genocídio” – postula a tese do marco temporal e tem sido usado para impedir o andamento de processos administrativos de demarcação de TIs.

Nos níveis local e regional, as organizações que compõem a Apib também adotaram medidas para o enfrentamento da pandemia já no mês de março. Para citar dois exemplos, o Conselho Terena, em Mato Grosso do Sul, emitiu nota com recomendações aos caciques e às comunidades, ao passo que a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) proibiu a entrada de não indígenas nas localidades do Alto Rio Negro (AM) e suspendeu todas as viagens institucionais de seus representantes (SANTOS, 2020).

Estabelecer a cronologia dos primeiros casos de Covid-19 entre indígenas é complexo, muito em função da inadequação das respostas governamentais. Na cidade de Santo Antônio do Içá (AM), em 25 de março, 12 indígenas e 15 integrantes da equipe de saúde do DSEI Alto Solimões entraram em isolamento preventivo devido ao contato com um médico oriundo de São Paulo (SP) que estaria infectado. Embora a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM) só tenha divulgado o resultado do exame em 1º de abril, foi naquela ocasião que houve o primeiro caso confirmado de Covid-19 entre indígenas: uma jovem da etnia Kokama, que trabalha como agente indígena de saúde (AIS) e teve contato com o médico infectado (RODRIGUES, 2020).

Àquela altura, já havia ocorrido o que hoje se considera o primeiro óbito por Covid-19 entre povos indígenas. Porém, a informação só seria divulgada por meio das redes sociais da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (Sespa) também em 1º de abril. Tratava-se de uma senhora borari de 87 anos, do distrito de Alter do Chão, em Santarém (PA), falecida em 19 de março. Na data, a Sespa sequer notificou a suspeita da doença, de modo que o funeral transcorreu sem que fossem adotados os cuidados recomendados pelo MS. Diante disso, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito para investigar o ocorrido (SOUZA, 2020a).

Ainda no mês de março, foram protocolados três projetos de lei (PL) na Câmara dos Deputados: o PL nº 1.142/2020, que “dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19)”; o PL nº 1.299/2020, que altera a Lei nº 8.080/1990 e propõe o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) “e medidas emergenciais para o enfrentamento de pandemias e calamidades em saúde pública junto aos povos indígenas no Brasil”; e o PL nº 1.305/2020, que “dispõe sobre o Plano Emergencial para Enfrentamento ao coronavírus nos territórios indígenas, assegurando a garantia de direitos sociais e territoriais, bem como medidas específicas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19”.

Em 1º de abril, a Apib encaminhou uma carta para os governadores dos 26 estados e do DF, solicitando a adoção de dez medidas urgentes

de enfrentamento à pandemia, entre as quais destacam-se: articulação das secretarias municipais e estaduais de saúde com o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi/SUS) e os DSEIs; garantia de que os planos emergenciais estaduais e municipais para atendimento de pacientes graves incluíssem os indígenas; provimento de testes rápidos e de equipamentos de proteção individual (EPIs) para todos os DSEIs; apoio às Casas de Saúde Indígena (CASAs) com materiais de higiene e EPIs; garantia de participação das organizações indígenas nas reuniões de planejamento e contingenciamento em cada estado.

No dia 5 do mesmo mês, em Manaus (AM), faleceu um indígena de 55 anos do povo Mura, que havia testado positivo para Covid-19. Essa morte, como destaca Farias (2020), “foi inserida na notificação do governo estadual, mas como pessoa não indígena ou ‘branco’, apagando sua identidade indígena”. Ao que se sabe, foi a terceira morte provocada pelo novo coronavírus entre povos indígenas no Brasil, pois, em 21 de março, faleceu um bebê guarani, em São Paulo, em decorrência da Covid-19; a confirmação do óbito, porém, só aconteceu um mês e 13 dias após a morte (ALVES, 2020).

Apesar de tanto a senhora borari como o senhor mura terem testado positivo, o boletim sobre a pandemia divulgado pela Sesai no dia 7 não registrava óbitos entre indígenas. Em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA) na semana anterior, o secretário de Saúde Indígena, Robson Santos da Silva, havia declarado que a Sesai contabilizava casos suspeitos, confirmados e óbitos por Covid-19 apenas entre os indígenas “aldeados”, excluindo aqueles que vivem em contextos urbanos⁷. Diante disso, em 5 de abril, a Apib lançou o Observatório Quarentena Indígena, com o objetivo de monitorar e visibilizar as mortes de indígenas, tentando evitar a subnotificação de casos. Essas informações eram disponibilizadas por meio do *site* quarentenaindigena.info, pensado como uma plataforma de referência para as entidades e lideranças indígenas. Ali, encontravam-se informações técnicas, com indicações de *sites* e documentos de referência do MS e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), materiais educativos e notas da Apib. O Observatório foi uma ação integrada de diferentes grupos da sociedade civil que têm atuado junto aos povos indígenas no contexto da pandemia.

Já no dia 9, um jovem yanomami de 15 anos também faleceu em decorrência da Covid-19. Em nota, a Apib informou que foi a terceira vida indígena perdida para o novo coronavírus em menos de um mês, denunciando que apenas esse caso foi registrado pela Sesai, por se tratar de um indígena “aldeado”. O documento destacava ainda a existência de garimpos ilegais próximos à aldeia do jovem, reforçando os alertas acerca da necessidade de proteção dos territórios indígenas e de retirada dos invasores da TI Yanomami, que vem enfrentando uma nova corrida por ouro.

Também em 9 de abril, a Apib fez um apelo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em favor do povo Guajajara,

⁷ Ver mais em Souza (2020b).

no Maranhão, que se encontrava ameaçado por madeireiros e grileiros em meio à pandemia. No dia 10, solicitou ao STF para integrar como *amicus curiae*⁸ a ADPF nº 684, que reivindica a liberdade de todos os indígenas no sistema prisional considerados parte de grupos vulneráveis no contexto de pandemia, especialmente idosos e gestantes.

Além de apontar o risco de contágio decorrente da presença de invasores nos territórios indígenas, a Apib, por meio do Observatório Quarentena Indígena, denunciou que agentes do Estado, vinculados à Sesai e ao Exército, vinham sendo importantes vetores de transmissão do novo coronavírus na região Norte. No Amazonas, além da situação já referida do médico infectado, que, mesmo inadvertidamente, teria levado o vírus para o Alto Rio Solimões – território que chegou a apresentar a maior quantidade de casos registrados⁹ –, profissionais vinculados à Sesai também teriam contribuído para a propagação da doença no Vale do Javari, região com o maior número de indígenas isolados e de recente contato com o mundo. Na TI Mamadate, no Alto Rio Purus (AC), onde também há presença de grupos isolados e de recente contato, a entrada do vírus, mais uma vez, foi atribuída à equipe da Sesai. No Parque Indígena Tumucumaque (PA e AP), um dos territórios mais distantes e de difícil acesso do país, o Exército brasileiro teria sido responsável pela entrada do vírus. Em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, a propagação do novo coronavírus também seria devida aos militares, conforme a Foirn¹⁰.

Em Mato Grosso do Sul, bem como no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, frigoríficos e agroindústrias de processamento de carnes que empregam mão de obra indígena teriam contribuído para o espalhamento da doença nos territórios. Aludindo a diferentes regiões do Brasil, a Apib tem destacado a falta de atendimento da Sesai aos indígenas em contexto urbano e fora das TIs homologadas, a não identificação da condição indígena nos registros hospitalares e o aumento dos casos de racismo contra comunidades indígenas. Diante dessas situações, aponta a organização, muitos indígenas se recusariam a buscar atendimento médico, o que não somente contribuiria para a disseminação do vírus, mas desencadearia conflitos internos.

Em decorrência da impossibilidade de realização presencial do ATL, a Apib fez um “chamado de união para construção da programação virtual do Abril Vermelho de 2020”, mês apropriado pelo movimento indígena como marco de resistência (APIB, 2020b). Enfatizando que, além da

⁸ Expressão em latim que significa “amigo da corte”, usada para designar pessoas ou instituições que têm a finalidade de fornecer subsídios às decisões dos tribunais. *Amicus curiae* não assume condição de parte no processo legal.

⁹ Com base nos dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, Dallabrida (2020) demonstra que, até 17 de setembro de 2020, teriam ocorrido no país 807 mortes de indígenas decorrentes da Covid-19, entre 158 povos. Quase um quarto dessas mortes se deu entre os povos Xavante, Kokama (parte dos quais habita o Alto e o Médio Rio Solimões) e Terena, que, juntos, somavam 180 óbitos. Os Xavante seriam o povo com maior incidência de mortes (68), seguido pelos Kokama (58) e pelos Terena (54).

¹⁰ Comunicação de Marivelton Baré, presidente da Foirn, na mesa Diálogo indígena em rede sobre medidas regionais de enfrentamento ao COVID-19 na Amazônia, realizada em 29 de abril de 2020, durante o ATL. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/567143660585636/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

pandemia da Covid-19, os indígenas têm sofrido com as invasões de seus territórios por madeireiros, garimpeiros e grileiros, a organização pontuou: “com o cancelamento das ações em Brasília seguiremos firmes nas mobilizações nas redes pela vida dos povos indígenas” (APIB, 2020b).

No dia 14 de abril, em parceria com o Projeto Xingu, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)¹¹, com a Fiocruz e o Grupo Temático Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Apib apresentou uma carta de recomendação de medidas de higiene para a entrega de alimentos nas comunidades indígenas, tendo em vista que a transmissão do novo coronavírus também poderia ocorrer pelo contato com superfícies contaminadas. Essa carta se pautou na Nota Informativa nº 3 da Sesai, que contém orientações para a distribuição de alimentos.

Reportagem de 14 de abril noticiava que, até a data, ao menos 23 povos indígenas, em 12 estados, haviam instalado com recursos próprios barreiras sanitárias para controlar o acesso aos territórios e garantir o distanciamento social (RIBEIRO E SALES, 2020). A medida, porém, tendo em vista que a ampla maioria dos territórios indígenas não produz a totalidade dos alimentos consumidos pelas coletividades que os habitam, teve de ser acompanhada por campanhas de arrecadação de recursos e mercadorias, sob o espectro da insegurança alimentar.

No dia 16, Victoria Tauli-Corpus, então relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos dos povos indígenas, manifestou preocupação com os povos indígenas devido à alta vulnerabilidade à Covid-19. Sobre o Brasil, lembrou que povos indígenas isolados podem desaparecer se uma pessoa infectada entrar em seus territórios e denunciou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria usado a situação para permitir a presença de missionários em tais áreas (IWGIA, 2020).

A partir de 17 de abril, passou a ser divulgado diariamente o boletim *Alerta APIB*, uma iniciativa do Observatório Quarentena Indígena, com informações sobre a pandemia de Covid-19 entre os povos indígenas e detalhes do monitoramento de casos (suspeitos, confirmados e óbitos) feito por organizações indígenas locais e regionais. Cada boletim apresentava uma questão em destaque, já enunciada no título – por exemplo, na primeira edição, “Hospitais de campanha e testes rápidos”; na segunda, “Racismo e subnotificação de casos”.

Com o intuito de orientar os indígenas sobre o novo coronavírus e o acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal, a Apib, em parceria com a organização Indigenistas Associados (INA) – associação de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) –, lançou em 20 de abril um manual de orientações. Os indígenas também têm direito ao benefício, porém muitos deles não têm acesso às informações sobre os trâmites, à internet e ao aplicativo de cadastro. Além disso, há risco de contaminação, em virtude dos deslocamentos para a cidade, seja

¹¹ Projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, que desde 1965 realiza ações de saúde junto aos povos indígenas do Território Indígena do Xingu (TIX).

para buscar informações, acessar a internet ou sacar o dinheiro. Assim, o manual buscava orientá-los sobre as formas de prevenção e os sintomas da doença, e, também, sobre os procedimentos e critérios referentes ao benefício.

Enquanto isso, durante uma reunião ministerial realizada em 22 de abril, Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, declarou que a contaminação de indígenas na Amazônia seria criminosa, com o intuito de “dizimar aldeias e povos inteiros para colocar nas costas do presidente Bolsonaro” (FUHRMANN, 2020). Ela havia viajado para Roraima e Amazonas no dia 12 daquele mês, logo após a morte do jovem yanomami por Covid-19, já referida, e teria se encontrado com generais e com o superintendente da Polícia Federal (PF) para articular uma ação sigilosa de investigação dessa suspeita. De acordo com Fuhrmann (2020), a ministra teria argumentado que “eles [membros da oposição ao governo Bolsonaro] precisavam matar mais índios para dizer que a nossa política não estava dando certo”.

Em 27 de abril, a Apib encaminhou uma representação ao MPF, solicitando a adoção de medidas judiciais contra a Instrução Normativa (IN) nº 9 da Funai, que altera profundamente a Declaração de Reconhecimento de Limites em relação aos imóveis privados, legalizando a grilagem em TIs ainda não homologadas. Na mesma data, atendendo à solicitação de diversas organizações indígenas da Amazônia, entre as quais a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e também da Apib,

mais de 225 de organizações de direitos humanos, ambientais e de justiça social de todo o mundo publicaram uma declaração aberta dirigida a governos, corporações, instituições multilaterais e organizações religiosas para que sejam adotadas medidas urgentes pela proteção e segurança de comunidades indígenas frente à pandemia do Covid-19, que pode promover um novo genocídio dessas populações. (APIB, 2020c).

Também no dia 27, junto com as organizações de base e organizações parceiras da sociedade civil, a Apib elaborou um documento exigindo medidas urgentes em defesa da saúde e da vida dos povos originários do Brasil. Entre essas medidas – que, posteriormente, seriam incorporadas ao documento final do ATL –, destaca-se a solicitação de imediata demarcação das TIs, retirada dos invasores, infraestrutura e logística adequada para as equipes de saúde.

Na mesma data, teve início o 16º ATL – como indicado, completamente *online*. Durante quatro dias, o evento reuniu lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil, indigenistas, antropólogos, especialistas em saúde indígena, operadores do direito, representantes de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos e organizações da sociedade civil. Na programação, a Covid-19 ganhou destaque, como veremos na próxima seção.

Historicamente, o ATL é um momento destinado ao fortalecimento da luta e da resistência indígena no Brasil. Em 2020, no cenário da pandemia, agravado pela intensificação das invasões de territórios indígenas por garimpeiros, madeireiros e grileiros, assim como pelos assassinatos de lideranças e pelas investidas governamentais para a retirada de direitos, a mobilização se estendeu para além do Abril Indígena. Nos meses subsequentes, tiveram lugar diversas ações com foco na pandemia, tais como o envio pela Apib, em 6 de maio, de uma solicitação a todas as defensorias públicas do Brasil para a atenção aos indígenas encarcerados. Nesse documento, a organização solicitou que as defensorias averiguassem a situação dos detentos indígenas e impetrassem as medidas judiciais possíveis para que eles tivessem suas vidas protegidas, ficando em segurança nos seus territórios.

Cerca de uma semana após a realização do ATL, nos dias 8 e 9 de maio, também de maneira virtual, ocorreu a Assembleia Nacional da Resistência Indígena, sobre a qual falarei mais detidamente à frente. Novamente, o evento reuniu lideranças indígenas, organizações da sociedade civil, indigenistas e pesquisadores de diferentes áreas, para planejar a elaboração de um plano de enfrentamento à pandemia. De acordo com a Apib, o objetivo era “coordenar as estratégias de combate à disseminação do novo coronavírus de forma unificada e respeitando as diferenças regionais e culturais” (APIB, 2020d). Ainda no evento, a fim de “visibilizar e humanizar as perdas dos povos indígenas” (APIB, 2020d), foi criado o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. Dia 10 de maio, teve início a construção do Plano Emergência Indígena.

No dia 12 do mesmo mês, o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena começou a publicar o boletim semanal *Vidas indígenas e o Covid-19*, traduzido, de início, para inglês e espanhol, e, posteriormente, também para francês e italiano. Ele vinha na esteira do boletim *Alerta Apib*, que, como vimos, circulou diariamente a partir de 17 de abril, contando com 17 edições. O Observatório Quarentena Indígena atua em conjunto com o comitê.

Já em 20 de maio, a Apib enviou um informe para a CIDH sobre a situação dos povos indígenas durante a pandemia e, no dia 28, participou de uma audiência bilateral com o presidente do organismo e com a relatora dos direitos dos povos indígenas, para denunciar o avanço do novo coronavírus entre essa população.

Em junho, no dia 3, a Apib fez um chamado para a apresentação de denúncias sobre violações de direitos humanos e construção de um dossiê jurídico; no dia 4, um convite à construção do memorial da vida indígena; no dia 18, enviou um informe sobre a situação dos povos indígenas do Brasil para o relator das ONU; no dia 20, fechou uma parceria com a plataforma Missão Covid, para a disponibilização de atendimento médico gratuito aos indígenas por meio de chamadas de vídeo no celular; e, no dia 22, participou de uma nova reunião com o presidente da CIDH, dessa vez para tratar da situação dos indígenas encarcerados. No dia 24, o Plano Emergência Indígena, que será descrito em mais detalhes à frente, foi apresentado em sessão fechada aos parceiros nacionais da Apib e, no dia 26, aos internacionais. Dia 29, teve lugar seu lançamento público, de

modo virtual, em um evento organizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), coordenada pela deputada federal Joênia Wapichana (Rede/RR), a primeira mulher indígena eleita para a Câmara dos Deputados.

Ainda em 29 junho, foi proposta ao STF a ADPF nº 709 e, no dia 30, o pedido de suspensão da reintegração de posse e a anulação do Parecer nº 001/AGU no processo de repercussão geral referente ao povo Laklânô/Xokleng, em Santa Catarina. Segundo Luiz Henrique Eloy Amado, assessor jurídico da Apib, a ADPF nº 709 “é o documento judicial pelo qual os povos indígenas invocam o direito de existir. O direito de não ser exterminado” (Amado, 2020). Na petição inicial, a Apib solicitou a instalação de barreiras sanitárias em 31 TIs com presença de indígenas isolados e de recente contato, a expulsão de invasores de sete TIs, e a determinação que o Sasi/SUS atendesse também os indígenas em contexto urbano e em áreas ainda não demarcadas. O julgamento no plenário do STF começou em 3 de agosto, foi adiado e concluído no dia 5, garantindo, com votação unânime, uma vitória histórica para os povos indígenas. A retirada imediata dos invasores nas sete TIs, porém, não foi incluída no veredito.

Já em 9 de agosto, teve início a mobilização internacional Maracá – Emergência Indígena, concebida pela Apib para estimular a arrecadação de recursos necessários ao custeio das inúmeras ações realizadas nos territórios indígenas afetados pela pandemia, incluindo as barreiras sanitárias implementadas com meios próprios de norte a sul do país. No dia 24, a Apib acionou o MPF em virtude da proibição por parte da Sesai do oferecimento de ajuda humanitária pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) ao povo Terena, em Mato Grosso do Sul.

Em 22 de setembro, a Apib protocolou uma interpelação no STF para que o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, explicasse na justiça os ataques públicos à organização indígena e à Sônia Guajajara, uma de suas coordenadoras executivas. Na mesma data, enviou um comunicado à ONU, informando sobre a conduta do governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas.

No dia 6 de outubro, a Apib encaminhou à CIDH uma denúncia sobre as violações de direitos humanos no contexto da pandemia; no dia 27, divulgou o relatório *Cumplicidade na destruição: como os consumidores e financiadores do Norte permitem o ataque do governo Bolsonaro à Amazônia brasileira*, com denúncia contra instituições financeiras estadunidenses, que investiram mais de 18 bilhões de dólares em empresas envolvidas em violações de direitos indígenas na Amazônia.

Em novembro, no dia 10, a Apib solicitou ao STF o ingresso na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.905, proposta pelo estado de Roraima; no dia seguinte, junto com outras nove organizações (ISA, Greenpeace e Conectas Direitos Humanos, entre outras), protocolou no STF uma ADPF exigindo a retomada efetiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). O PPCDAm foi implementado em 2004, sendo responsável pela redução de 83% no desmatamento até 2012; em 2019, essa política pública foi abandonada pelo governo federal.

Finalmente, em 10 de dezembro, data em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Apib realizou o lançamento público e a entrega simbólica do relatório *Nossa luta é pela vida: Covid-19 e povos indígenas, o enfrentamento das violências durante a pandemia* para a FPMDDPI, na figura da deputada Joênia Wapichana. Mais à frente, voltarei a discutir a realização de ações pela Apib com o intuito de visibilizar a situação dos povos indígenas em face da pandemia.

Acampamento Terra Livre (ATL) e Assembleia Nacional da Resistência Indígena

Em abril de 2004, sob influência da polêmica que envolveu a homologação da TI Raposa Serra do Sol (RR), ocorreu em Brasília o primeiro protesto indígena articulado nacionalmente durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estiveram presentes 200 lideranças de 31 povos, que, durante sete dias, acamparam na Esplanada dos Ministérios (HECK E NAVARRO, 2004). Esse evento corresponde ao primeiro ATL, assim denominado em referência à assembleia do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que, mesmo antes do decreto de homologação, proclamou a Raposa Serra do Sol como “Terra Livre!” dos interesses predatórios do capitalismo (NAVARRO, 2005).

Ali reunidas, as lideranças reivindicavam a “desintrusão, proteção do território, processos de demarcação e homologação [...] nesse momento em que seus direitos constitucionais são ameaçados por uma frente anti-indígena formada por parlamentares de todos os partidos” (HECK E NAVARRO, 2004). Para serem ouvidas, ocuparam o Congresso Nacional por nove horas, conseguindo a primeira audiência com o presidente da República e a promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dessa mobilização, surgiu o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), que reúne organizações indígenas e instituições parceiras da sociedade civil, e por meio do qual foi organizada, no ano seguinte, a segunda edição do ATL (NAVARRO, 2005). De acordo com Ribeiro (2014), nela estiveram presentes mais de 600 lideranças indígenas, de 92 povos das diferentes regiões brasileiras. Na ocasião, decidiu-se pela extinção do Capoib, que já se encontrava desarticulado havia alguns anos¹², e pela criação de uma nova representação do movimento indígena em âmbito nacional, a Apib¹³. Desde 2004, o ATL é

¹² O Capoib foi fundado em 1995, em uma assembleia da Coiab, sob o acompanhamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Tratava-se da segunda tentativa de consolidação de uma articulação nacional dos povos indígenas. A primeira iniciativa se deu em 1980, com a UNI ou Unind. No ano 2000, durante as comemorações oficiais dos “500 anos de Brasil”, uma disputa interna entre setores do movimento indígena deu início a uma crise no Capoib, que culminou, anos depois, na formação da Apib (Ferreira, 2017).

¹³ A Apib é composta pelas seguintes organizações regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu), Coiab e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY).

realizado anualmente em Brasília, com exceção das edições de 2010, realizada em Campo Grande (MS), de 2012, que ocorreu durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à conferência Rio+20, no Rio de Janeiro (RJ), e da 16ª edição, em 2020, que se deu de modo virtual em decorrência da pandemia¹⁴.

O ATL é a instância superior da Apib e representa a maior mobilização indígena nacional, cujo objetivo central é denunciar as violações dos direitos indígenas e exigir que o Estado brasileiro cumpra suas responsabilidades, atendendo às demandas e reivindicações dessa população. Para as lideranças e organizações indígenas, o espaço possibilita “o intercâmbio de realidades e experiências tão distintas, a identificação dos problemas comuns, a definição das principais demandas e reivindicações, e a deliberação sobre os eixos programáticos e ações prioritárias” (APIB, 2020e).

Na 15ª edição, realizada em 2019, o evento reuniu mais de quatro mil lideranças, representantes dos 305 povos presentes no território nacional. Foi a primeira grande mobilização indígena no governo Bolsonaro. Realizado entre os dias 24 e 26 de abril, o evento foi marcado pelo cenário de animosidade instalado ainda no período eleitoral. Como nos lembra Rossi (2019), Bolsonaro autorizou o uso da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) no entorno da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios e, em uma *live* no Facebook, afirmou que o ATL era um “encontrão de índios” financiado com dinheiro público. A Apib, em nota, esclareceu que o evento não acessa dinheiro público, é “autofinanciado com a ajuda de diversos colaboradores e só acontece por conta do suor de tantas e tantos que o fazem acontecer” (APIB, 2019).

Para a edição de 2020, a estimativa de público era de cinco mil pessoas. Contudo, como vimos, em 12 de março, a Apib suspendeu a realização do evento presencial. Inicialmente, pensou-se em marcar uma nova data, assim que a situação se normalizasse. Porém, diante da omissão do governo em propor medidas de enfrentamento à pandemia entre os povos indígenas e do espalhamento do vírus, optou-se pela realização do evento de modo virtual.

Em sua página na internet, a Apib informou:

Diante da nova ameaça causada pela pandemia da Covid-19, do crescimento das invasões nos territórios indígenas, do aumento de assassinatos e criminalização de lideranças, o formato virtual do encontro pretende alertar sobre a real possibilidade de um novo genocídio e denuncia o descaso do Governo Bolsonaro em garantir a proteção de nossos povos ancestrais. (APIB, 2020f).

Reiterando que o ATL expressa a luta e a resistência dos povos indígenas, a Apib convocava a sociedade brasileira a participar do evento, afirmando que a causa indígena é de todos. No decorrer dos 16 anos de

¹⁴ Em virtude da continuidade da pandemia de Covid-19, a edição de 2021 também foi virtual, dessa vez, porém, com 25 dias de duração.

realização do evento, foi a primeira vez que os povos indígenas das diversas regiões brasileiras se encontraram virtualmente, fazendo do ATL 2020 uma edição histórica. Na abertura, Sônia Guajajara afirmou: “isso é resistência. [...] a cada novo ataque, a gente inova também as nossas estratégias de luta”¹⁵. As novas tecnologias se tornaram ferramentas para a luta dos povos indígenas, que utilizam agora os mesmos meios empregados frequentemente para atacá-los; dessa vez, eram eles que estavam “ocupando as redes e demarcando as telas”, como sugeria o lema do ATL 2020.

Na sequência, entre os dias 8 e 9 de maio, pouco mais de uma semana após a realização do ATL *online*, a Apib promoveu a Assembleia Nacional da Resistência Indígena, para, “diante da ineficácia do poder em resguardar a saúde dos povos indígenas em meio à pandemia de Covid-19 [...], construir um plano específico para a realidade das comunidades” (APIB, 2020d). Evidenciando a Covid-19, a assembleia se debruçou também no contexto em que ela se inscreve. Atualmente, além de lidar com a pandemia, os indígenas têm de fazer frente às invasões de seus territórios por garimpeiros, madeireiros e grileiros, entre outros – incentivadas pelo discurso e pelas medidas institucionais adotadas pelo governo federal – e a um quadro mais amplo de desestruturação das políticas indigenistas e violações de direitos que abarcam todos os aspectos de suas vidas.

A 16ª edição do ATL contou com 32 atividades, subdivididas em uma *live* de abertura, 23 mesas de discussões em formato livre, quatro painéis jurídicos e quatro apresentações artísticas, com mostra de filmes, cantos, danças e *shows*. O evento foi transmitido pela página da Apib no Facebook, que, de acordo com a organização, obteve mais de 300 mil visualizações e numerosos compartilhamentos.

Os painéis jurídicos abordaram, entre outras temáticas, a inconstitucionalidade da tese do marco temporal, os direitos indígenas, as violações e o autoritarismo no Brasil e questões concernentes à pandemia: saúde e iniciativas para autoproteção, desafios enfrentados pelos estudantes indígenas, realidade dos indígenas presos, risco de genocídio e proteção internacional de direitos humanos. Já as mesas trataram do contexto da pandemia em interface com outras questões centrais para o movimento indígena, como, por exemplo, gestão dos territórios e retirada de direitos, mudanças climáticas e aumento do desmatamento. Elas consideraram também o contexto da pandemia a partir de situações específicas – migração de indígenas no Acre, situação dos povos indígenas isolados e de recente contato, e medidas regionais de enfrentamento à Covid-19 na Amazônia – e assuntos diversos, entre os quais estereótipo e racismo, mineração e garimpo em TIs, indígenas LGBTQi+, participação da juventude no movimento indígena e direitos das mulheres indígenas.

¹⁵ Comentário proferido durante a abertura do ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta, realizada em 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/226979435235495/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

No segundo dia do evento, uma mesa em específico, composta por especialistas vinculados a universidades e centros de pesquisa, abordou diretamente a vulnerabilidade dos povos indígenas face à Covid-19 e os impactos da pandemia, apresentando estudos realizados por essas instituições. No terceiro dia, ocorreu ainda uma mesa sobre os desdobramentos da Jornada Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais¹⁶, com a participação de representantes de organizações internacionais que colaboraram com a campanha na Europa. No decorrer do ATL, além da presença de especialistas e convidados diversos, registrou-se intensa participação de lideranças indígenas e representantes de organizações da sociedade civil.

A programação inicial da Assembleia Nacional da Resistência Indígena, por sua vez, previa a realização de 20 atividades, subdivididas em: danças rituais na abertura em ambos os dias; apresentação cultural, no encerramento do primeiro dia; 16 mesas de discussão a partir de eixos específicos; e uma cerimônia em homenagem aos indígenas vítimas da Covid-19, no último dia. Houve algumas modificações pontuais, mas a maioria das atividades transcorreu como planejado. Todos os espaços tiveram transmissão simultânea pelas redes sociais da Apib e também foram retransmitidos por canais de organizações parceiras.

Nas mesas, discutiram-se temas diversos, porém, todos com foco na pandemia: diagnósticos regionais da Covid-19 nas aldeias e os impactos da pandemia sobre os povos indígenas; formação de redes de informação, logística e apoio de combate à doença; medidas emergenciais para seu enfrentamento; medidas jurídicas e legislativas para a garantia de direitos aos povos indígenas nesse contexto, entre outros. Em algumas mesas, a discussão foi conduzida a partir de questões-chave, tais como: O que um plano de enfrentamento deve conter? Como construir uma rede de informações de saúde indígena? Quais as áreas de maior vulnerabilidade para instalação de hospitais de campanhas para assegurar o atendimento aos povos indígenas? A partir dessas discussões, a relatoria identificou os principais problemas apontados e apresentou uma síntese de 13 propostas a serem levadas em consideração para a elaboração do plano de enfrentamento à pandemia.

No último dia do evento, foram apresentadas as instâncias estabelecidas para dar seguimento à mobilização: o Comitê Estatístico, o Conselho Consultivo, o Conselho Executivo e o grupo de trabalho formado por indígenas e não indígenas para a construção do plano de enfrentamento da pandemia. Também foram apresentadas as propostas e diretrizes elaboradas durante a assembleia e, finalmente, teve lugar uma cerimônia em memória aos indígenas vítimas da Covid-19. Assim como no ATL, além da expressiva participação de lideranças indígenas, o evento contou com a participação de especialistas e convidados diversos.

¹⁶ Entre os dias 17 de outubro e 20 de novembro de 2019, uma comitiva composta por oito lideranças indígenas vinculadas à Apib percorreu 12 países da Europa, reunindo-se com representantes do Parlamento Europeu, ministros, empresários, representantes da sociedade civil e jornalistas, a fim de denunciar a situação dos povos indígenas no Brasil, informando sobre a origem de itens de exportação brasileiros cuja produção viola direitos indígenas.

Narrativas sobre Covid-19 e povos indígenas

Diante da omissão do poder público, dos ataques aos direitos indígenas, da rápida propagação da Covid-19 nos territórios e da subnotificação dos dados oficiais, a Assembleia Nacional da Resistência Indígena foi pensada como uma instância deliberativa voltada à construção de estratégias, destacando-se a elaboração do plano de enfrentamento à pandemia. Com esse evento, a intenção do movimento indígena, conforme as falas de lideranças que compõem a Apib, era construir o plano de forma democrática, garantindo também a participação das organizações de base.

Já no ATL, entre as 32 atividades que compunham a programação, 12 espaços estiveram direcionados especificamente à discussão sobre o contexto da pandemia da Covid-19 em interface com outras questões que atravessam o cotidiano dos povos indígenas no Brasil. Uma mesa, em específico, apresentou também a realidade dos povos indígenas em outros países da América Latina, sobretudo os isolados e de recente contato. Na assembleia, as preocupações e narrativas apresentadas pelos indígenas e pelos demais convidados, em grande medida, assemelharam-se àquelas relatadas durante o ATL. Questões como segurança alimentar, falta de testes e EPI, e a situação dos indígenas isolados e de recente contato, assim como dos indígenas em contextos urbanos foram retomadas, o que nos mostra como tais assuntos são prementes no cotidiano dessa população.

Em ambos os eventos, junto com especialistas de diferentes áreas, representantes de organizações da sociedade civil, de organismos internacionais e operadores do direito, os indígenas participaram como expositores, retratando e problematizando a realidade vivenciada em seus territórios e, mais amplamente, em suas regiões. Havia acordo entre os participantes quanto à situação de extrema vulnerabilidade dos povos indígenas diante da pandemia de Covid-19. Foi consenso, também, o entendimento de que *o novo coronavírus é apenas mais um agravante*¹⁷ em um cenário marcado por ameaças históricas. Nesse sentido, enfatizou-se que ele não deveria invisibilizar as outras pautas, sobretudo diante de um *governo anti-indígena*. A realização do ATL em formato virtual foi, portanto, uma maneira de seguir fazendo resistência às investidas contra os territórios, as vidas e os direitos indígenas. Como resumiu Sônia Guajajara, trata-se de “dois vírus fatais: o coronavírus e o genocídio institucionalizado, promovido por uma política de Estado”¹⁸.

Um dos assuntos mais recorrentes ao longo dos eventos foi a situação dos *povos indígenas isolados e de recente contato*, cujos

¹⁷ O destaque em itálico se refere às temáticas que tiveram grande espaço ou relevância no debate.

¹⁸ Comentário proferido durante a mesa Povos indígenas: ameaças históricas nos tempos de Covid-19 e mudanças climáticas/ Conferência Brasileira de Mudança do Clima, realizada em 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/647544592490457/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

territórios enfrentam numerosas e continuadas *invasões ilegais* de garimpeiros, madeireiros, grileiros e missionários, entre outros, que são vetores potenciais de transmissão de doenças, como a malária e a Covid-19. A entrada do vírus em tais territórios, considerando-se a alta vulnerabilidade desses povos, poderia causar um genocídio. Reativado pela pandemia, o fantasma do genocídio decorre da “ativa inação governamental”, como destacou Souza Lima¹⁹. Na Amazônia, ainda, numerosas TIs estão em área de *fronteira* com outros países, o que também foi tematizado, por dificultar o controle do acesso aos territórios.

A *pressão sobre os territórios indígenas* se estende Brasil afora, seja pelo aumento do desmatamento, pela mineração, pelo crescimento das cidades, pela expansão do agronegócio ou pela construção de empreendimentos públicos e privados. Na região Centro-Sul, por exemplo, a dimensão da maioria dos territórios é inferior à necessidade das coletividades em termos de subsistência, motivo pelo qual muitos indígenas buscam alternativas de sustento em fazendas ou nas cidades.

Para grupos cuja subsistência depende de atividades realizadas fora do território, o distanciamento social trouxe o problema da *segurança alimentar*, que, por sua vez, também atinge indígenas moradores de TIs, já que os territórios apresentam diferentes situações de sustentabilidade. Em alguns casos, tem-se amplo acesso aos recursos naturais; em outros, é possível subsistir a partir das próprias roças; em outros ainda, a dieta é complementada com gêneros alimentícios adquiridos nas cidades; finalmente, há aqueles em que se depende integralmente da compra de víveres, em função da exiguidade ou avançada degradação das áreas. Na análise de alguns participantes, a dimensão da segurança alimentar deveria ser pensada para além da entrega de cestas básicas, incluindo também outros itens importantes para as atividades na aldeia, como facões, anzóis e sementes, em uma perspectiva de defesa da soberania alimentar. Recorrente em muitas comunidades, conforme apontado por estudo sobre a vulnerabilidade demográfica e infraestrutural dos povos indígenas em face da pandemia (Fundação Oswaldo Cruz, 2020), é a *falta de água potável e de saneamento básico*, que impossibilita a adoção de medidas básicas de prevenção, como lavar as mãos.

A fim de superar o problema da segurança alimentar e do fornecimento de produtos de higiene e outros insumos necessários, muitas organizações indígenas têm realizado *campanhas online* para a arrecadação de recursos. A Funai também distribuiu cestas básicas, porém as lideranças denunciaram a disparidade da atuação dessa instituição, a inconstância e insuficiência das entregas, e a falta de assistência aos *indígenas em contextos urbanos*. Alegando que sua responsabilidade de atuação se limitaria aos indígenas “aldeados”, a Sesai, conforme relatado por lideranças, tampouco vinha atendendo indígenas fora das TIs, fato que contribuía para a *subnotificação dos casos* de Covid-19 entre os povos indígenas, já que, ao buscar as unidades de

¹⁹ Comentário proferido durante a mesa Medidas jurídicas e legislativas para garantia de direitos dos povos indígenas no enfrentamento ao Covid-19, realizada em 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/784167431991022/>. Acesso em: 2 set. 2020.

saúde, essas pessoas tenderiam a ser registradas como pardas ou brancas. Tendo isso em mente, algumas intervenções durante o ATL reiteraram a importância da adoção de marcadores étnico-raciais para que essa invisibilidade fosse superada. Haveria, ainda, relatos de racismo nos hospitais e de aumento do preconceito contra indígenas que vivem nas cidades, com a negação da identidade étnica e acusações de que não seriam “índios de verdade”.

Ainda no que toca ao Sasi/SUS, os expositores destacaram a necessidade de *reorganização dos espaços físicos das CASAls*, para evitar a coabitação de pessoas infectadas pelo novo coronavírus com outros doentes. Demandaram também EPIs e testes para os pacientes, os profissionais de saúde e funcionários das CASAls, denunciando casos em que pessoas se infectaram nos hospitais e retornaram para as comunidades sem saber do diagnóstico.

Além da preocupação com os indígenas em contextos urbanos, muitas lideranças mencionaram a situação das *TIs que ficam próximas às cidades* e os desafios que essa proximidade traria para a contenção do vírus. Apesar da adoção de *barreiras sanitárias e protocolos de prevenção* (durante o ATL, algumas dessas experiências foram compartilhadas), os moradores se deslocam para as cidades para buscar alimentos e produtos de higiene, para sacar o auxílio emergencial ou para trabalhar, como é o caso, por exemplo, de indígenas Kaingang, no Sul do Brasil, empregados em frigoríficos.

Nesse contexto de distanciamento social, afirmaram alguns participantes, o *auxílio emergencial* disponibilizado pelo governo federal teria se tornado um estímulo para as pessoas não respeitarem os bloqueios implantados nas aldeias e irem para as cidades em busca de informações ou para sacar o dinheiro, expondo-se a riscos. Muitas lideranças indígenas e operadores do direito criticaram o benefício da forma como foi concebido e implementado, alegando que, mais uma vez, os gestores públicos não levaram em consideração as especificidades dos povos indígenas, em particular da Amazônia, onde o acesso à internet é ainda mais difícil que em outras regiões. Além disso, em muitos locais, tem-se à disposição apenas uma unidade lotérica, gerando longas filas de espera. Vale notar que a pauta da *inclusão digital* também foi levantada pelos estudantes indígenas durante o ATL, pois muitos deles não conseguem acessar os sistemas implantados nas universidades para aulas remotas.

No interior das comunidades, além da agitação provocada pelo auxílio emergencial, algumas lideranças denunciaram a circulação de *fake news*, que dificultariam a adesão às medidas de prevenção por todos os moradores, aumentando os riscos de contágio. Esses boatos, assinalaram alguns participantes, vinham sendo divulgados sobretudo por grupos vinculados a igrejas neopentecostais. Outros, por sua vez, relacionaram as condutas negacionistas de parentes às mensagens ambíguas transmitidas pelo presidente da República.

A solução para essas situações seria justamente a *orientação da comunidade por meio de informação qualificada*. Nisso, os *AIS* e os *agentes indígenas de saneamento (AISAN)* teriam um papel fundamental,

porém precisariam passar por treinamentos e qualificações, para saberem reconhecer os sintomas precocemente. Ao mesmo tempo em que se destacou a importância dos AIS e AISAN, denunciou-se a *falta de EPIs e de testes* para esses profissionais e para os demais integrantes das equipes de saúde, que podem se tornar vetores de transmissão nas aldeias. Os testes também foram reivindicados para a população em geral, tendo em vista a ocorrência de casos de *infectados assintomáticos*. Para superar a *falta de EPIs, de álcool em gel e de máscaras*, não só para as equipes de saúde, mas também para os demais indígenas, as lideranças vinham buscando o *apoio de universidades, igrejas, organizações indigenistas e ambientais*, entre outras entidades.

Diante da diversidade sociocultural e geográfica que compõe a realidade dos povos indígenas no Brasil, as lideranças chamaram atenção para a necessidade de adotar estratégias que respeitassem as *especificidades de cada povo e cada região*. Enquanto algumas TIs são próximas às cidades, outras ficam em áreas longínquas e de difícil acesso, requerendo estratégias específicas em várias frentes, entre elas, no *transporte dos doentes*. Essa especificidade também deveria ser considerada na elaboração das estratégias de *comunicação*, tendo em vista que muitas TIs não têm acesso à internet. Nesse sentido, ressaltaram os participantes, seria preciso ampliar o sistema de radiofonia, gravar vídeos e áudios nas línguas nativas e elaborar materiais didáticos de acordo com o povo, adaptando a linguagem, de modo a torná-la inteligível a todos. É importante notar que muitas organizações locais elaboraram cartilhas com orientações sobre a Covid-19 nas línguas indígenas faladas nas respectivas regiões. A *juventude* deveria ser incluída nesse processo de construção de redes de comunicação, contribuindo para a disseminação das informações nas aldeias.

Ao passo que alguns indígenas destacaram a dificuldade em manter o distanciamento social nas comunidades, em virtude do *modo de vida coletivo*, outros falaram sobre a importância de se definirem *espaços para o isolamento dos doentes*. Uma aldeia do povo Guarani Mbya em São Paulo (SP), com o apoio da prefeitura municipal, destinou uma escola para esse fim, contando com o acompanhamento de uma equipe de saúde em tempo integral. Em São Gabriel da Cachoeira (AM), o gabinete de crise também teria destinado a estrutura de uma escola para o isolamento dos doentes. Os especialistas em saúde que participaram do evento chamaram a atenção para a importância de se conseguir um suporte mínimo de oxigênio para esses locais de isolamento nas aldeias, porém julgaram inviável a reivindicação de *hospitais de campanha nas TIs*, tendo em vista que isso demandaria profissionais especializados em UTI.

Centrais nos debates foram também o *aparelhamento da Funai e o desmonte da política indigenista*, com grande destaque à *IN nº 9, de 16 de abril de 2020*. Essa IN considera apenas as TIs homologadas, ignorando TIs delimitadas, declaradas, demarcadas fisicamente, interditadas ou com restrição de uso onde ficam povos isolados. A INA emitiu uma nota técnica em que afirma que “a IN 09 transforma a Funai em instância de certificação de imóveis para posseiros, grileiros e loteadores de Terras Indígenas (TIs)” (INA, 2020:1). Conforme análise de

operadores do direito presentes no ATL, a IN é inconstitucional, pois o direito originário se sobrepõe aos títulos de propriedade; além disso, observou-se que ela viola a Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Como destaca a nota da INA (2020:1), a IN nº 9/2020 é “mais uma das infelizes iniciativas relativas aos direitos territoriais indígenas que, em conjunto, constituem o que se pode chamar de revisionismo demarcatório, em contexto político de escalada cronológica de destruição dos direitos indígenas”. Essa nova diretriz da Funai dialogava com a *Medida Provisória (MP) nº 910/2019*, a “MP da Grilagem”, que estabelecia novos critérios para a regularização fundiária em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), flexibilizando os mecanismos para regularização e concedendo títulos de propriedade para pessoas que tenham invadido TIs, áreas quilombolas, e territórios de povos e comunidades tradicionais²⁰.

Além da IN nº 9/2020 e da MP nº 910/2019, participantes do ATL citaram também a *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000*, que pretende transferir a competência de demarcação das TIs para o Congresso Nacional, com possibilidade inclusive de retificação de processos administrativos já concluídos; a *Portaria nº 135/2020 do Ministério de Minas e Energia (MME)*, que considera a mineração uma atividade essencial durante a pandemia; e o *Parecer nº 001/2017 da AGU*, que defende a tese do marco temporal para a demarcação de TIs. Conforme a análise de Éder Terena, liderança de Mato Grosso do Sul, os indígenas vêm sendo atacados por todos os lados, por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e pela “caneta”: “estão tentando tirar tudo na caneta, fortalecendo os ruralistas”²¹.

Para algumas lideranças, a médio e longo prazo, um dos caminhos para o enfrentamento dessas investidas contra seus direitos seria a *participação na política representativa municipal, estadual e federal*, elegendo-se vereadores e deputados indígenas. De imediato, elas exigiam a *retirada dos invasores de seus territórios*, a *implementação de ações de proteção* e a *demarcação das TIs*. Destacaram que a demarcação das TIs não interessa apenas aos indígenas, pois essas áreas representam barreiras ao desmatamento e contribuem para a conservação da biodiversidade. No ATL, também teve destaque a preocupação dos povos indígenas com as *mudanças climáticas*, e seus impactos na produção agrícola tradicional e nas atividades extrativas, com a alteração dos ciclos de plantio, e a perda da qualidade dos alimentos e das matérias-primas para a fabricação de artesanato.

²⁰ A MP nº 910/2019 teve a vigência encerrada em 19 de maio de 2020, sem ser votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Em substituição a ela, o deputado Zé Silva (Solidariedade/MG) apresentou o PL nº 2.633/2020, que estabelece os critérios para a regularização fundiária de imóveis da União.

²¹ Comentário proferido durante a mesa Diálogos indígenas no ATL: gestão dos territórios, retirada de direitos e a pandemia, realizada em 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/2628637150574510/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

No que toca à *situação dos indígenas presos*, destacaram-se o risco de contaminação em grande escala dentro dos presídios e os reflexos dessa situação para a saúde pública, já que as pessoas em situação de cárcere não têm meios para se proteger nesse momento. Os participantes comentaram a Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece os procedimentos para o tratamento de indígenas em processos penais, denunciando a invisibilidade da identidade étnica nesses contextos, de modo que não é possível apontar o real número de detentos indígenas.

A preocupação com a *vida e bem-estar dos anciões indígenas* também esteve muito presente em ambos os eventos. Em virtude de epidemias anteriores, a população indígena apresenta um perfil demográfico com menos idosos em comparação à sociedade em geral e, agora, eles são ameaçados pela Covid-19. Para os indígenas, a morte de uma pessoa mais velha não impacta somente a família, mas o povo como um todo, que perde parte da sua memória.

No documento final do ATL, os indígenas denunciaram o *projeto genocida* levado a cabo pelo governo Bolsonaro, apontando algumas medidas tomadas pelo presidente desde o início de sua gestão e o agravamento do cenário, agora, com a pandemia da Covid-19. O documento apresenta 21 reivindicações, entre as quais: revogação do Parecer nº 001/17 da AGU e da IN nº 9/2020 da Funai; retirada dos invasores das TIs e adoção de medidas para restrição de acesso de pessoas estranhas; contratação de profissionais de saúde para atuar nas TIs e capacitação dos AIS; arquivamento das medidas legislativas contra os povos indígenas; e suspensão das reintegrações de posse e de obras de infraestrutura dentro de TIs.

Na carta final da assembleia, por sua vez, os indígenas chamaram atenção para a necessidade de revermos nosso modo de vida, tendo em vista as crises ambientais (como a emergência climática e o desmatamento) e, agora, a pandemia. Lembraram que as vidas perdidas para o novo coronavírus “não são apenas números, são pessoas, são memórias e histórias dos povos [...] afetados pela pandemia” (APIB, 2020g). E denunciaram, mais uma vez, o desmonte da política indigenista e do Sasi/SUS, o racismo institucional e o uso da estratégia da subnotificação para minimizar, diante da opinião pública, os impactos da crise sanitária.

Alguns desdobramentos e repercussões da atuação da Apib

Os debates do ATL de 2020, como vimos, destacaram a vulnerabilidade dos povos indígenas em face da Covid-19, a inadequação das repostas governamentais e a extensão da atuação dos povos indígenas no enfrentamento da pandemia. Completamente virtual, pela primeira vez em sua história, o evento serviu como importante âmbito organizativo, envolvendo o movimento indígena e aliados, processo que teria continuidade com a convocação de um foro de mobilização voltado

exclusivamente à pandemia, a Assembleia Nacional da Resistência Indígena.

Esse evento foi idealizado já com caráter propositivo, no sentido de, a partir de sua realização, criar as bases para a elaboração de um plano de enfrentamento à pandemia entre os povos indígenas. Durante a assembleia, as diretrizes para o plano foram discutidas de forma participativa, incluindo lideranças da base, estudantes, pesquisadores indígenas e não indígenas, agentes públicos, e representantes de organizações nacionais e internacionais envolvidas com a temática. A partir dessas discussões, identificaram-se os principais problemas e desafios vivenciados pelos povos indígenas e se estabeleceram, em linhas gerais, as propostas norteadoras para a construção do plano de enfrentamento da Apib. Enfrentamento que, na prática, diante da ausência sistemática de resposta adequada por parte do Estado brasileiro, já vinha sendo levado a cabo pelas coletividades indígenas desde o início da pandemia, sendo agora questão de aprofundar, coordenar e sustentar as ações.

Durante a Assembleia Nacional da Resistência Indígena, como vimos, constituiu-se o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, com o intuito de acompanhar a disseminação do novo coronavírus entre os povos indígenas, evitando o apagamento das mortes. Para Ukuyó Terena, “diferente do que o presidente da República diz, acreditamos que vidas indígenas importam e importam muito”²². Essa frase demonstra tanto a indignação como a resistência dos povos indígenas em face do governo Bolsonaro.

Para os indígenas, as vidas perdidas para a Covid-19 não são apenas números; trata-se de pessoas, memórias e histórias, que, embora não se reduzam a estatísticas, estão sendo invisibilizadas pela subnotificação dos dados oficiais. Ao exigirem a visibilização desses casos, os indígenas demandam, ao mesmo tempo, o atendimento das pessoas em vida. Além de “denunciar a ação etnocida do Estado brasileiro diante da pandemia da Covid-19”, o comitê tem o propósito de “valorizar a vida e memória dos povos indígenas do Brasil atingidos pelo novo coronavírus” (APIB, 2020h).

Resultante da “necessidade de estruturar o acompanhamento dos casos de Covid-19 junto a organizações de base e instituições parceiras do movimento indígena” (APIB, 2020i), o comitê é composto pela Apib, junto com suas organizações de base, com colaboração de instituições parceiras, assim como de artistas e personalidades públicas que integram o Observatório Quarentena Indígena.

Os dados apresentados por ele, atualizados diariamente, incluem tanto os indígenas que vivem em TIs como aqueles em outros contextos, inclusive urbanos (não atendidos pela Sesai). Suas fontes são as organizações de base da Apib, as secretarias municipais e estaduais de saúde, o MPF, a Sesai e algumas frentes organizadas de atuação diante

²² Comentário proferido durante a cerimônia em memória às vítimas da Covid-19, realizada em 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/654043478771224/>. Acesso em: 2 set. 2020.

da pandemia. A coleta das informações é levada a cabo pelas próprias organizações de base, que se reportam à Apib; para a realização dos gráficos, o comitê conta com a parceria do ISA.

Em virtude da baixa quantidade de testes realizados, o comitê tem advertido para a possível disparidade entre os casos confirmados e a quantidade real de pessoas infectadas. Os dados levantados por essa instância se referem aos testes confirmados por secretarias de saúde municipais e estaduais. Tanto para os casos confirmados como para os óbitos, em função da metodologia de coleta de dados, e da falta de transparência e detalhamento das informações por parte da Sesai, o número apresentado consiste no somatório dos dados informados pela Sesai e daqueles levantados pelo comitê. É possível, portanto, que haja dados duplicados.

Além de monitorar o avanço do novo coronavírus nos territórios indígenas, produzindo subsídios para as ações de enfrentamento, o comitê tem também a finalidade de conferir a esses dados uma dimensão subjetiva, no sentido de lembrar que não são apenas números, mas vidas. Nesse sentido, Sônia Guajajara assinalou: “para além das estatísticas, queremos trazer uma memória, uma história dessas pessoas”²³. Por isso, em 4 de junho, a Apib lançou uma chamada aberta para a construção do Memorial da Vida Indígena, para homenagear os atingidos pela Covid-19. Segundo Eriki Terena, construir o memorial seria um modo de “falar e contar as histórias dessas vítimas e mostrar para a sociedade o quanto essas pessoas fazem falta em suas comunidades”²⁴. Por meio de um endereço eletrônico e de um número telefônico, mensagens sobre os indígenas mortos podem ser enviadas aos organizadores do memorial, que as divulgam em um perfil nas redes sociais (Instagram).

Também como desdobramento da assembleia, a Apib lançou a Emergência Indígena, frente do movimento indígena para o enfrentamento e monitoramento da Covid-19 nas TIs. Seu intuito seria organizar planos, projetos e ações voltadas ao acompanhamento e à análise dos impactos do novo coronavírus sobre os povos indígenas, fornecer insumos, e desenvolver estratégias específicas e diferenciadas para o enfrentamento da pandemia. Além disso, ela buscaria “resguardar a memória e conhecimento ameaçado pela morte de nossos parentes” (APIB, 2020j).

Nesse quadro, o *site* emergenciaindigena.apib.info substituiu o quarentenaindigena.info, no qual, até então, além de outras informações sobre a pandemia, eram divulgados os dados sobre os casos entre indígenas (suspeitos, confirmados e óbitos). No novo *site*, além das informações sobre a Covid-19, que podem ser visualizadas de forma desagregada por povo, estado e município, concentram-se também outras iniciativas do movimento indígena, como a divulgação das campanhas de arrecadação de recursos para a Apib e para organizações de base voltadas à execução do plano, e outras iniciativas locais.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

Ali, também são disponibilizados os boletins semanais *Vidas indígenas e o Covid-19*²⁵, o canal para denúncias de violações de direitos durante a pandemia, o chamado para o Memorial da Vida e da Memória Indígena, e os planos nacional e regionais de enfrentamento à pandemia. Também podem ser encontrados no *site* outros materiais informativos, como cartilhas, *podcasts* e vídeos produzidos por organizações indígenas e indigenistas. Por meio do emergenciaindigena.apib.info, ainda, é possível visualizar a série de oito episódios produzidos a partir da *live* Maracá – Emergência Indígena, que marcou o início da mobilização internacional levada a cabo pela Apib.

A *live* Maracá, que integra as ações do plano de enfrentamento da Apib, aconteceu em 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas, e contou com a participação de mais de 200 personalidades e artistas indígenas e não indígenas. Seu objetivo, além de “estimular a solidariedade nacional e internacional em atenção às consequências da disseminação da Covid-19 entre povos indígenas brasileiros” (APIB, 2020k), seria arrecadar recursos financeiros para a execução de ações nos diversos territórios indígenas afetados pela pandemia.

Conforme Dinamam Tuxá, um dos coordenadores executivos da Apib, o evento foi o modo encontrado pelo movimento indígena para “buscar apoio de artistas e [causar] uma comoção nacional, dando visibilidade a tudo que vem ocorrendo com os povos indígenas diante da omissão do Estado brasileiro em não ter um plano estrutural para combater o coronavírus dentro das terras indígenas” (SAMPAIO, 2020). Para a divulgação do evento, a Apib desenvolveu filipetas para redes sociais, um texto com traduções em inglês e espanhol, e vídeos.

Ainda como desdobramento das ações da Apib, temos a elaboração, pelo governo federal, de um Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19 para Povos Indígenas Brasileiros. Esse plano foi resultado da decisão favorável do STF à ADPF nº 709, ajuizada pela Apib junto com seis partidos políticos de esquerda e centro-esquerda²⁶, para denunciar a omissão do governo federal no combate à pandemia entre os povos indígenas. Além da elaboração de um plano de enfrentamento, a decisão do STF determinou a criação, pelo governo federal, de uma sala de situação e de barreiras sanitárias nas TIs.

Segundo o plano, desde janeiro de 2020, a Sesai estaria recebendo orientações do MS sobre o novo coronavírus e, junto com a Funai, teria elaborado e divulgado documentos com orientações de prevenção e combate à Covid-19 para todos os DSEIs e as unidades do órgão indigenista. Em 13 de abril, todos os órgãos federais que atuam com a temática indígena teriam se reunido para a elaboração de um plano de contingência de caráter interministerial voltado a essa população. A partir dali, teriam produzidos cartilhas e notas informativas, distribuído EPIs e testes rápidos, incluído os povos indígenas como prioridade na vacinação

²⁵ Disponível apenas até a quarta edição, de 10 de junho de 2020.

²⁶ Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Rede Sustentabilidade (Rede), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

contra influenza, implantado barreiras sanitárias nas TIs, conduzido ações de segurança alimentar, etc. Vale notar que a realização dessas iniciativas, bem como o próprio plano, tem sido objeto de crítica do movimento indígena e de especialistas.

Diante da vulnerabilidade dos povos indígenas em face da Covid-19, da inadequação das repostas governamentais e das invasões de seus territórios por madeireiros, garimpeiros e grileiros, algumas organizações regionais que integram a Apib elaboraram seus próprios planos de enfrentamento, em conformidade com as realidades específicas por elas vivenciadas. A Coiab, inclusive, foi precursora, tendo decidido pela construção do Plano de Ação Emergencial de Combate ao Avanço do Coronavírus e de Tratamento entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira ainda em março de 2020, antes mesmo do plano em âmbito nacional. O documento produzido pela Coiab tem a finalidade de orientar “sua rede de organizações, bem como os órgãos governamentais e outras organizações da sociedade civil, para o enfrentamento da situação de pandemia mundial da Covid-19 (Coronavírus), principalmente nos territórios e comunidades indígenas da Amazônia” (COIAB, 2020: 3).

Esse plano foi organizado em torno de quatro eixos de atuação: 1) comunicação; 2) gestão e governança; 3) ações emergenciais de assistência e cuidados básicos; e 4) soberania alimentar e medicina indígena. Cada eixo apresenta um conjunto de ações para o enfrentamento da Covid-19 nos territórios indígenas. Além dos eixos de atuação, ele também indica os desafios que estariam por vir no contexto pós-pandemia. Entre as frentes de atuação da Coiab, destaca-se o levantamento, a sistematização e divulgação de dados sobre os infectados e mortos pelo novo coronavírus, fundamental para substancializar as denúncias de subnotificação por parte do Estado.

O Plano da Equipe Aty Guasu Guarani e Kaiowa Diante do Avanço da Covid-19 e Ordem de Isolamento Social, por sua vez, destaca que, desde dezembro de 2019, por ordem do presidente da Funai, cerca de 15 mil indígenas que vivem em áreas em litígio em Mato Grosso do Sul não estariam recebendo as cestas básicas fornecidas pelo órgão indigenista. Do mesmo modo, para a realização das barreiras sanitárias, eles estariam enfrentando condições precárias, com apoio apenas de organizações parceiras. Em junho de 2020, teriam recebido doações de alimentos, porém precisaram se deslocar até a cidade de Dourados para buscá-los, dependendo de caronas. A locomoção também seria um problema no que toca à assistência às barreiras sanitárias. Além do agravamento da situação de insegurança alimentar entre os Guarani e Kaiowa, o isolamento social também teria provocado o aumento do número de suicídios.

Para mitigar os problemas de transporte, o plano pede ajuda para custear o aluguel de um automóvel durante a pandemia ou, então, comprar um veículo seminovo. A organização destaca, ainda, a necessidade de recursos financeiros para a obtenção de créditos telefônicos para lideranças de diferentes localidades, de modo a garantir a comunicação. O orçamento previsto para o plano era de R\$ 39.000,00, que seriam destinados à compra de mil cestas básicas e EPIs, pagamento

do aluguel de um automóvel para a visita das barreiras e acompanhamento das comunidades, e obtenção de créditos para celulares de lideranças.

Conjuntamente, a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul) e a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) elaboraram o Plano Regional de Combate à Pandemia de Covid-19 entre os Povos e Territórios Indígenas da Região Sul. Esse plano foi construído colaborativamente por lideranças, organizações indígenas e instituições parceiras, oferecendo diretrizes gerais para a formulação das ações locais para prevenção, controle e tratamento dos casos de Covid-19. O plano tem como foco as ações conjuntas entre poder público, organizações da sociedade civil e movimentos sociais voltadas ao fortalecimento do Sasi/SUS, por meio do aperfeiçoamento dos planos de contingência no que toca às necessidades dos povos indígenas e ao princípio da interculturalidade.

A partir do entendimento de que a quarentena entre os povos indígenas difere daquela realizada entre não indígenas, o plano prevê um conjunto amplo de ações em diferentes frentes: 1) segurança alimentar e nutricional; 2) recursos materiais e itens básicos; 3) saneamento básico; 4) atividades produtivas; 5) central de comunicação da região Sul; 6) mapa de localização dos povos indígenas da região Sul; 7) campanhas; 8) infraestrutura de saúde; 9) equipes de saúde; 10) EPIs; 11) testes de Covid-19; 12) unidades de isolamento e tratamento; 13) assistência a pacientes; e 14) planos de contingência locais. Esse plano, assim como o da Coiab, não apontava previsão orçamentária para sua execução.

Além do plano em conjunto com a Arpinsul, a CGY elaborou seu Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid-19, específico para o povo Guarani das regiões Sul e Sudeste. A atuação prevista pelo documento se divide em cinco frentes: 1) segurança alimentar e nutricional e EPIs; 2) defesa e garantia da saúde indígena frente à pandemia; 3) monitoramento dos casos de Covid-19 em terras guarani; 4) comunicação estratégica; e 5) apoio a mobilizações locais – fortalecimento político e espiritual. Essas ações seriam articuladas remotamente, pois, ainda em março, a organização suspendeu todas as atividades presenciais. O orçamento previsto para a realização desse conjunto de ações era de 311 mil reais.

Na mesma direção, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) elaborou o Plano Emergencial Promoção e Defesa da Vida e Saúde dos Povos e Territórios Indígenas no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais. Nele, a organização cita as ações desenvolvidas no contexto da pandemia, chamando atenção para a busca de parcerias para a implementação de medidas emergenciais para a proteção à saúde e garantia de segurança alimentar aos povos indígenas que vivem em sua área de abrangência. O plano comporta ações emergenciais e de médio a longo prazo, estando organizado em quatro eixos de atuação: 1) saúde; 2) segurança alimentar; 3) comunicação; e, 4) mobilização por direitos.

As ações emergenciais são aquelas realizadas no contexto da pandemia, ligadas à contenção da disseminação do novo coronavírus nos territórios indígenas, ao esclarecimento dos povos indígenas acerca das medidas de prevenção, à atenção à saúde daqueles que foram infectados

e à segurança alimentar. Já as ações de médio e longo prazo teriam início ainda durante a pandemia, visando contribuir para a retomada de rotinas e dinâmicas próprias de cada coletividade no contexto pós-pandêmico, tanto no que se toca à gestão do território, quanto aos rituais e atividades produtivas para consumo e geração de renda. O orçamento previsto para a implementação dessas ações era de 5 milhões de reais.

O Plano Emergencial do Conselho do Povo Terena para o Enfrentamento da Pandemia do Covid-19, por sua vez, está organizado em dois eixos: 1) sustentabilidade dos indígenas em seus territórios; e, 2) fortalecimento das barreiras sanitárias. As ações visam apoiar as práticas agrícolas com a compra de equipamentos, insumos, sementes, combustível, etc.; fortalecer as barreiras sanitárias por meio da aquisição e distribuição de EPIs; e financiar a rede de mulheres envolvidas na confecção de máscaras em tecido para suas comunidades. Para a realização desse conjunto de ações, o orçamento previsto foi de 70 mil reais.

Por fim, temos o Plano Emergencial de Combate ao Covid-19 para a Região Sudeste, elaborado pela Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), cujas frentes de atuação se subdividem em: 1) soberania alimentar; 2) alternativas econômicas e geração de renda; 3) saneamento básico; 4) medicina tradicional; 5) medidas na epidemia de Covid-19; 6) serviços da saúde; 7) comunicação; 8) gestão da Arpinsudeste; e 9) articulação com as comunidades indígenas. Cada uma dessas frentes é composta por um conjunto variado de ações, com orçamento total estimado em cerca de 2,85 milhões de reais.

A atuação da Apib e seus desdobramentos, como vimos, deu-se simultaneamente em diferentes frentes, alcançando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; por meio das organizações indígenas e parceiros, transitou do nível local ao internacional. Na sequência, dedicarei maior atenção ao Plano Emergência Indígena, que, junto com a proposição da ADPF nº 709, talvez represente uma das principais articulações do movimento indígena no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Nesta seção, também falarei sobre o relatório *Nossa luta é pela vida: Covid-19 e povos indígenas, o enfrentamento das violências durante a pandemia*, elaborado pela Apib para denunciar os impactos do novo coronavírus entre os povos indígenas do Brasil.

Plano Emergência Indígena

O plano de enfrentamento à pandemia elaborado pela Apib, denominado Emergência Indígena, é resultado de um processo de construção coletiva iniciado ainda no decorrer do ATL 2020 e estruturado logo na sequência, com a realização da Assembleia Nacional da Resistência Indígena. Os dois eventos, como observamos, contaram com a participação de lideranças de todo o Brasil e também de especialistas em diferentes áreas com atuação junto aos povos indígenas. Ali, formou-se o grupo de trabalho composto por indígenas e não indígenas que levaria a cabo a construção do plano. Entre os integrantes não indígenas,

figuravam apoiadores vinculados a entidades como Fiocruz, Abrasco, University College London (UCL), Partido dos Trabalhadores (PT), Unifesp, Fundação Ford, Instituto de Educação do Brasil (IEB), Mídia Ninja, Universidade de Brasília (UnB), Greenpeace Brasil, Fundação Darcy Ribeiro e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé).

As atividades do grupo de trabalho para a construção sistemática do plano se iniciaram em 10 de maio, logo após a assembleia, estendendo-se até meados de junho. Conforme se adiantou, dia 24 de junho, em sessão fechada, o Plano Emergência Indígena foi apresentado aos parceiros nacionais e, dia 26, aos internacionais. No dia 29, em um evento organizado pela FPMDDPI, aconteceu o lançamento público, com transmissão *online* pelo Facebook da Apib. Como vimos, a frente parlamentar mista vinha somando ações com a Apib desde o início da pandemia, tendo apresentado ainda em março o PL nº 1.142/2020.

O evento de lançamento, com duração de aproximadamente quatro horas, teve a participação de lideranças indígenas, artistas, parlamentares e representantes de instituições parceiras, como Fiocruz, Fundação Ford, Greenpeace, ISA, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Unifesp e Mídia Ninja, entre outras. A apresentação do plano ficou a cargo de Sônia Guajajara, que enfatizou que se trata de um trabalho “escrito a muitas mãos”²⁷. Ainda segundo ela, o documento constitui “uma proposta do movimento indígena e seus parceiros para salvar vidas e evitar o aumento da tragédia da pandemia do coronavírus entre os povos indígenas do país” (APIB, 2020l:2).

Em sua fala, Sônia citou ainda todas as ações realizadas pela Apib desde o início da pandemia, demonstrando que, desde o mês de março, vinham cobrando formalmente do governo federal e também dos governos estaduais a adoção de medidas de proteção para os povos indígenas, na direção do que documenta este texto. Célia Xakriabá, no ritual de abertura, lembrou: “estamos [os povos indígenas] morrendo de Covid-19, mas também estamos morrendo da Covid de 1500”²⁸. Nas intervenções dos participantes, destacava-se a preocupação com a política de extermínio levada a cabo pelo governo federal, o pesar por tantas vidas perdidas, as violações históricas de direitos, o racismo estrutural, e o exemplo de articulação e ação que os indígenas estavam dando para o resto da sociedade.

As propostas ali apresentadas, de acordo com a Apib (2020l:29),

buscam evidenciar e construir respostas à omissão do Estado brasileiro no enfrentamento a pandemia agravadas no contexto de ataques aos direitos indígenas, desmonte da política indigenista e enfraquecimento de órgãos e instituições públicas, responsáveis pela assistência aos povos indígenas, proteção de seus territórios e promoção de nossos

²⁷ Comentário proferido durante o evento de lançamento do Plano Emergência Indígena, realizado em 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/274097430462494>. Acesso em: 10 set. 2020.

²⁸ *Ibid.*

direitos. Buscam, também, propor a adoção de medidas concretas a serem tomadas pelos povos indígenas, órgãos públicos e sociedade em geral, para a prevenção e enfrentamento da Covid-19 nas comunidades indígenas de modo a considerar respostas culturalmente adequadas, bem como medidas urgentes para salvar vidas, evitando sofrimento e o aumento do número de mortes. Garantir a subsistência em todo o território nacional, sem discriminação, bem como implementar medidas estruturantes, considerando o impacto prolongado da pandemia e a participação e consulta aos povos indígenas por parte dos órgãos públicos responsáveis também estão entre as medidas propostas.

O Plano Emergência Indígena propõe diretrizes para o planejamento de ações em âmbito local e regional, orientando a atuação das organizações indígenas e das instituições parceiras. Sua execução, segundo o documento, deveria se dar “de maneira cooperativa em todo território nacional com vistas a fortalecer e potencializar as ações em rede” (APIB, 2020l:7). Essas diretrizes se organizam a partir de três eixos norteadores: 1) garantia do cuidado integral e diferenciado no controle da Covid-19; 2) ações jurídicas e de incidência política; e 3) ações de comunicação para denúncia e informação.

Em cada eixo, são apresentadas as medidas emergenciais exigidas do governo, seguidas pelas ações que a Apib pretende desenvolver por meio do plano. Tanto as exigências como as propostas de ação foram desenvolvidas com base nos debates ocorridos durante o ATL e a assembleia. O eixo 1, por exemplo, destaca a necessidade de que os municípios próximos às aldeias tenham hospitais de referência para o tratamento da Covid-19 ou, então, que se adotem alternativas para o isolamento e tratamento dos doentes nos territórios. Ele atenta para a importância do acompanhamento de profissionais de saúde e da oferta dos recursos diagnósticos e terapêuticos, e reitera a necessidade de testagens dos profissionais de saúde que atendem as TIs, assim como de aplicação de protocolos de quarentena e de suprimento de EPIs. Cita, ainda, a necessidade de adequação das CASAs, com espaços físicos e equipes específicas para o atendimento de pessoas infectadas pelo novo coronavírus, bem como a importância da viabilização logística para as ações de saúde, a necessidade de capacitação dos AIS e AISAN, e a necessidade de produção e disseminação de informações sobre a Covid-19 nas aldeias.

Entre as ações previstas pelo plano nesse eixo, destacam-se: compra e disponibilização de EPIs para AIS e equipes multidisciplinares de saúde, ampliação das estratégias de vigilância e de diagnóstico da Covid-19 para indígenas e trabalhadores do Sasi/SUS, compra de produtos de higiene e máscaras para as comunidades indígenas, apoio às iniciativas indígenas de isolamento e distanciamento social nas aldeias, e promoção da segurança alimentar nas TIs.

Já no eixo 2, sobre as ações judiciais e de incidência política, as exigências são: demarcação imediata das TIs, anulação do Parecer nº 001/2017 da AGU, arquivamento das iniciativas legislativas da bancada ruralista, suspensão das reintegrações de posse em face de povos indígenas, revogação da IN nº 9/2020 da Funai, e arquivamento de PLs referentes a grilagem e mineração em TIs, entre outras. Já entre as ações previstas pelo plano, estão: proposição de medidas judiciais cobrando a atuação do Estado, articulação junto às frentes parlamentares visando impedir o andamento de projetos contrários aos direitos indígenas, criação de um comitê de crise coordenado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), demanda de ações emergenciais da OMS, e atuação junto à ONU e ao Parlamento Europeu.

No eixo 3, sobre ações de comunicação e informação em saúde, a Apib exige que todos os casos de indígenas infectados e mortos sejam notificados, independentemente de estarem nas cidades ou em TIs não regularizadas, e que essas informações sejam incluídas na base de dados do MS. Entre as ações propostas pelo plano, destacam-se: produção de material visual e audiovisual para os indígenas, e sua disseminação por diferentes meios de comunicação; estímulo à participação da juventude indígena nas ações de comunicação; e fortalecimento da infraestrutura de comunicação nas aldeias e também das ações de monitoramento territorial.

O orçamento total do plano foi previsto em 100 milhões de reais, a serem arrecadados por meio de doações nacionais e internacionais. A fim de aumentar a visibilidade internacional, o plano foi traduzido para inglês e espanhol. As ações contemplariam todo o território nacional, tanto pela atuação direta da Apib como pelo apoio aos projetos elaborados pelas associações de base, organizações regionais e instituições parceiras da sociedade civil. Além das doações financeiras, previa-se a elaboração de projetos para arrecadação de alimentos, produtos de higiene e outros insumos.

Para sua implementação, seria adotada a seguinte estrutura administrativa: 1) conselho gestor, composto pela coordenação executiva da Apib e por representantes das organizações regionais, que faria a gestão e o monitoramento do plano, responsável pela captação de recursos financeiros e indicação das entidades executoras; 2) conselho consultivo, formado por lideranças indígenas e apoiadores da causa que pudessem contribuir para a execução do plano por meio de seus conhecimentos, experiências ou contatos; 3) entidades administradoras e/ou executoras, indicadas pelo conselho gestor e responsáveis pela gestão e execução orçamentária; 4) secretaria executiva, equipe técnica contratada em caráter temporário, responsável pela execução operacional do plano; 5) auditoria independente, empresa contratada; e 6) organizações proponentes, associações locais, organizações regionais ou da sociedade civil com atuação junto aos povos indígenas e que estivessem realizando ações de combate à pandemia.

Em 10 de dezembro de 2020, a Apib realizou o lançamento público do relatório *Nossa luta é pela vida: Covid-19 e povos indígenas, o enfrentamento das violências durante a pandemia*, “um material que

integra as ações do controle social do Plano Emergência Indígena” (APIB, 2020m:8). Assim como no lançamento do plano, o evento, que teve duração de cerca de três horas, contou com a participação de lideranças indígenas, artistas, parlamentares e representantes de instituições parceiras. O relatório está dividido em quatro blocos: 1) Não é apenas um vírus; 2) Vidas indígenas; 3) Nossa luta pelos dados; e 4) Nosso direito de existir. Além dos quatro blocos, o documento apresenta o “Manifesto pela solidariedade com os povos indígenas no Brasil”, um texto de apresentação e anexos, com explicações sobre a análise das bases de dados oficiais e conferência de casos correspondentes.

No primeiro bloco, a Apib apresenta um panorama da disseminação do novo coronavírus nos territórios indígenas; denuncia a política genocida levada a cabo pelo Estado brasileiro e o racismo contra os povos indígenas; fala sobre a presença de missionários proselitistas nas TIs durante a pandemia, sobretudo naquelas com presença de povos isolados e de recente contato, e também sobre o direito à demarcação de seus territórios, a intensificação dos conflitos territoriais, o financiamento internacional de ações que contribuem para a violação dos direitos indígenas na Amazônia brasileira, o agronegócio, o desmatamento, as queimadas e a realização das eleições municipais em comunidades indígenas.

No segundo bloco, são registrados os esforços realizados pelas organizações de base em nível regional e pela Apib em âmbito nacional, tanto no acompanhamento dos casos quanto na implementação de ações de enfrentamento à pandemia. Ali, mais uma vez é denunciada a subnotificação dos dados oficiais, e fica evidenciada a disputa de narrativas entre o movimento indígena e o governo federal, representado pela Sesai. O terceiro bloco segue nessa mesma linha e traz uma reflexão sobre as bases de dados oficiais de casos e mortes provocadas pela Covid-19 entre a população indígena; esses dados são afetados pela falta de transparência e pela subnotificação.

No quarto bloco, por sua vez, a Apib relata sua atuação no âmbito jurídico e legislativo, citando a ADPF nº 709 e o PL 1.142/2020. O PL recebeu 22 vetos do presidente da República, sendo 16 deles posteriormente derrubados pelo Congresso Nacional. Nesse bloco, é apresentada uma linha do tempo com as ações da Apib e suas conquistas, como, por exemplo, a vitória histórica no STF com a votação unânime da ADPF nº 709 e a decisão da Justiça Federal pela continuidade da demarcação da TI Cachoeirinha, em Mato Grosso do Sul. Além de indicar as medidas adotadas pela Apib, essa linha do tempo também apresenta situações em que o governo federal desrespeitou decisões judiciais, como a entrada, durante a pandemia, no Vale do Javari, TI com presença de povos isolados e de recente contato.

Como se pode notar, o Plano Emergência Indígena foi elaborado para superar o descaso do governo federal com os povos indígenas. O movimento indígena, enfatizam suas lideranças, não tem intenção de desempenhar o papel do Estado, mas, diante da omissão e negligência do governo federal, reduzir o impacto da pandemia e evitar que ocorram mais mortes entre os povos indígenas. Nesse sentido, o relatório não

somente documenta os efeitos trágicos da pandemia, como também demonstra a capilaridade e multiplicidade da atuação da Apib, que, por meio das organizações regionais, fez suas ações repercutirem em todas as regiões brasileiras e alcançarem diferentes instâncias legais.

Considerações finais

Neste capítulo, busquei apresentar um panorama da mobilização desencadeada pela Apib para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 durante o ano de 2020. Analisando documentos diversos produzidos pela organização, assim como outras fontes, procurei historiar as ações levadas a cabo pelo movimento indígena no intuito de evitar a propagação do vírus no interior das TIs e junto a indígenas em outros contextos, e de denunciar a omissão e inadequação das respostas do Estado.

Conforme vimos, um dia após a OMS declarar a pandemia da Covid-19, a Apib deu início a uma série de ações para o enfrentamento do novo coronavírus entre os povos indígenas. Como afirmou Souza Lima, foi uma importante lição dos povos indígenas à sociedade brasileira, em um momento tão difícil, em que eles demonstraram “capacidade de ação, de articulação e intervenção por diversos meios”²⁹.

A fim de cumprir as recomendações das autoridades de saúde, o ATL presencial deu lugar a uma edição *online*; logo depois, a Assembleia Nacional da Resistência Indígena foi levada a cabo também de maneira virtual. As novas tecnologias, frequentemente usadas para atacar os povos indígenas, tornaram-se uma ferramenta de luta, evidenciando mais uma vez a capacidade de agência e protagonismo desses sujeitos. Desde então, os indígenas seguem “ocupando as redes e demarcando as telas”, como sugeriu o lema do ATL 2020. Tanto as ações de articulação como as de visibilização têm sido organizadas no ambiente das mídias digitais e das redes sociais.

Além de oferecer importantes ensinamentos em termos de atuação política, os povos indígenas têm demonstrado grande domínio na produção e sistematização de informações. Os indígenas cujas vidas foram perdidas para a Covid-19 têm sido registrados estatisticamente, mas também afetivamente, por meio da atuação do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. Para que essas histórias não sejam esquecidas, a Apib criou um memorial para homenageá-las.

Até 31 de dezembro de 2020, de acordo com os dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, somava-se entre os indígenas 898 óbitos decorrentes da Covid-19. Diante da inação deliberada do Estado, mais uma vez, a situação indígena se tornou urgente. Mas, ao tempo que “isso é uma emergência”, é potência transformadora, pois, como bem lembrou Sônia Guajajara, cada novo ataque implica novas estratégias de luta.

²⁹ Comentário proferido durante a mesa Medidas jurídicas e legislativas para garantia de direitos dos povos indígenas no enfrentamento ao Covid-19, realizada em 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1838357019767792/videos/784167431991022/>. Acesso em: 2 set. 2020.

O momento recente da etnopolítica indígena descrito e analisado aqui, que incorpora uma geração de novas lideranças forjadas a partir das conquistas do movimento indígena, marca, portanto, o estabelecimento de novos modos de se relacionar com os poderes constituídos e de fazer resistência, assentados, ao mesmo tempo, em uma longa e diversa tradição de experiências organizativas que os precedeu. “Agora é a vez do maracá” e, quando os maracás soam, é porque os indígenas estão em movimento.

Referências bibliográficas

AMADO, Luiz Henrique Eloy; RIBEIRO, Ana Maria Motta. Panorama e desafios dos povos indígenas no contexto de pandemia do Covid-19 no Brasil. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 2, p. 335-360, 2020.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. ADPF 709 no Supremo: Povos Indígenas e o direito de existir! **APIB**, Brasília, 01 ago. 2020. Disponível em: <<http://apib.info/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Isabela. Bebê indígena de 1 ano da etnia Guarani morre por Covid-19 em SP. **Observatório 3º setor**, São Paulo, 07 mai. 2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/bebe-indigena-de-1-ano-da-etnia-guarani-morre-por-covid-19-em-sp/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Nota da APIB sobre o Uso de força contra o ATL. **APIB**, Brasília, 17 abr. 2019. Disponível: <<http://apib.info/2019/04/17/nota-da-apib-sobre-o-uso-de-forca-contr-o-atl/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Comunicado Geral: Acampamento Terra Livre adiado. **Apib**, Brasília, 12 mar. 2020. Disponível em: <apib.info/2020/03/12/comunicado-geral-acampamento-terra-livre-adiado/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Participe do Abril Vermelho. **APIB**, Brasília, 14 abr. 2020b. Disponível em: <<http://apib.info/2020/04/14/participe-do-abril-vermelho/>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Povos indígenas de toda a Amazônia apresentam demandas conjuntas em resposta ao coronavírus. **APIB**, Brasília, 27 abr. 2020c. Disponível em: <<http://apib.info/2020/04/27/povos-indigenas-de-toda-a-amazo%cc%82nia-apresentam-demandas-conjuntas-em-resposta-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Lideranças indígenas organizam assembleia para construir plano de enfrentamento à pandemia. **Apib**, Brasília, 07 mai. 2020d. Disponível: <<http://apib.info/2020/05/07/assembleia-resistencia-indigena/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Sobre a APIB. **Apib**, Brasília, 2020e. Disponível: <<http://apib.info/sobre/#>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Maior encontro dos povos indígenas do Brasil será on-line. **Apib**, Brasília, 27 abr. 2020f. Disponível: <<http://apib.info/2020/04/25/maior-encontro-dos-povos-indigenas-do-brasil-sera-on-line/>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. A mãe terra enfrenta dias sombrios. *APIB*, Brasília, 10 mai. 2020g. Disponível em: <<http://apib.info/2020/05/10/carta-final-da-assembleia-de-resiste%cc%82ncia-indigena/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Dados Covid-19. *Emergência Indígena*, Brasília, 2020h. Disponível em: <http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/#rede>. Acesso em: 07 set. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Apib organiza comitê para registrar avanço da Covid-19 sobre os povos indígenas. *APIB*, Brasília, 13 mai. 2020i. Disponível em: <<http://apib.info/2020/05/13/apib-organiza-comite-para-registrar-avanco-da-covid-19-sobre-povos-indigenas>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Sobre. *Emergência Indígena*, Brasília, 2020j. Disponível em: <<http://emergenciaindigena.apib.info/sobre/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Emergência Indígena: Apib realiza evento para alertar sobre genocídio indígena. *Emergência Indígena*, Brasília, 2020k. Disponível em: <<http://apib.info/2020/08/04/emergencia-indigena-apib-realiza-evento-para-alertar-sobre-genocidio-indigena/>>. Acesso em 18 set. 2020.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Emergência Indígena: Plano de Enfrentamento da Covid-19 no Brasil. *Emergência Indígena*, Brasília, 2020l, 27p.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil. Nossa luta é pela vida: Covid-19 e povos indígenas, o enfrentamento das violências durante a pandemia. *Emergência Indígena*, Brasília, 2020m, 110p.

BRASIL tem 52 casos confirmados de novo coronavírus, aponta painel do Ministério da Saúde. **G1 Últimas Notícias**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/brasil-tem-52-casos-confirmados-de-novo-coronavirus-aponta-painel-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

COORDENAÇÃO das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Plano de Ação Emergencial de Combate ao Avanço do Coronavírus e de Tratamento entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira. **Coiab**, Boa Vista, 2020, 20p.

DALLABRIDA, Poliana. Etnias Xavante, Kokama e Terena concentram 23% das mortes por Covid-19 entre indígenas. **De olho nos ruralistas**, São Paulo, 17 set. 2020. Disponível: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/17/etnias-xavante-kokama-e-terena-concentram-23-das-mortes-por-covid-19-entre-indigenas/>>. Acesso em 18 set. 2020.

FARIAS, Elaíze. Coronavírus: Indígenas que vivem na cidade são classificados como “brancos” no Amazonas. **Amazônia Real**, Manaus, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/coronavirus-indigenas-que-vivem-na-cidade-sao-classificados-como-brancos-no-amazonas/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Desigualdade e diversidade no Brasil dos 500 anos: etnografia da conferência e marcha indígena. In: LIMA, Roberto Kant de (org). **Antropologia e direitos humanos 5**. Brasília, Rio de Janeiro: ABA, Booklink, 2008.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. **Anuário Antropológico**, 1(42): 95-226, 2017.

FUHRMANN, Leonardo. Damares diz ter feito ação sigilosa com generais para apurar “contaminação criminosa” de indígenas. **De olho nos ruralistas**, São Paulo, 25 mai. 2020. Disponível: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/25/damares-diz-ter-feito-acao-sigilosa-com-generais-para-apurar-contaminacao-criminosa-de-indigenas/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. **Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/PROCC; FGV, 2020. 36 p. 4. Relatório, 18 abril 2020.

INTERNATIONAL Work Group for Indigenous Affairs. Statement on COVID 19 and Indigenous Peoples by Victoria Tauli-Corpuz, UN Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples. **IWGIA**, Copenhagen, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/news-alerts/news-covid-19/3553-statement-on-covid-19-and-indigenous-peoples-by-victoria-tauli-corpuz,-un-special-rapporteur-on-the-rights-of-indigenous-peoples.html>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

HECK, Egon; NAVARRO, Cristiano. Acampamento Terra Livre. **Conselho Indigenista Missionário**, Brasília, 20 jun. 2004. Disponível: <<https://cimi.org.br/2004/06/21626/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NAVARRO, Cristiano. Terra Livre mostra a força do movimento indígena. **Porantim**, Brasília, maio 2005. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=1062>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RIBEIRO, Tereza Cristina. **Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da Silva (2003-2006)**. 2014. Tese de Doutorado, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

RIBEIRO, Maria Fernanda; SALES, Yago. Bloqueio de indígenas para garantir isolamento já atingem 12 estados e 23 etnias. **De olho nos ruralistas**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/14/bloqueios-de-indigenas-para-garantir-isolamento-ja-atingem-12-estados-e-23-etnias/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RODRIGUES, Alex. Agente de saúde é a primeira indígena a ter coronavírus confirmado. **Agência Brasil**, Brasília, 01 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/agente-de-saude-e-primeira-indigena-ter-coronavirus-confirmado>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ROSSI, Marina. Indígenas se reúnem em Brasília sob forte tensão com Governo Bolsonaro. **El País**, São Paulo, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/politica/1555962370_134082.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SAMPAIO, Cristiane. Dia dos Povos Indígenas é marcado pelo aumento de mortes por Covid-19 e protesto. **Brasil de Fato**, Fortaleza, 09 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/09/dia-dos-povos-indigenas-e-marcado-pelo-aumento-de-mortes-por-covid-19-e-protesto>>. Acesso em: 17 set. 2020.

SANTOS, Izabel. Sem orientação da Sesai, indígenas combatem por conta própria novo coronavírus nos territórios. **Amazônia Real**, Manaus, 15 mar. 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/sem-orientacao-da-sesai-indigenas-combatem-por-conta-propria-novo-coronavirus-nos-territorios/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, Cristhian Teófilo. O índio, o pardo e o invisível: primeiras impressões sobre a criminalização e o aprisionamento de indígenas no Brasil. **Antropolítica** 1(34): 137-158, 2013.

SOUZA, Oswaldo Braga de. Teste de indígena falecida dá positivo para Covid-19 em Alter do Chão (PA). **Instituto Socioambiental**, Brasília, 02 abr. 2020a. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/em-alter-do-chao-pa-teste-de-indigena-falecida-da-positivo-para-covid-19>>. Acesso em 23 ago. 2020.

SOUZA, Oswaldo Braga de. Indígenas de cidades com Covid-19 não ficarão sem assistência, mas responsabilidade é do SUS, diz Sesai. **Instituto Socioambiental**, Brasília, 03 abr. 2020b. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-de-cidades-com-covid-19-nao-ficarao-sem-assistencia-mas-responsabilidade-e-do-sus-diz-sesai>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Recebido em: 31/05/2021 * Aprovado em: 09/07/2021 * Publicado em: 30/08/2021